



# **RELATÓRIO & CONTAS**

**2016**

**PARUPS, S.A.**

ÍNDICE

<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE .....</b>	<b>3</b>
<b>1. RELATÓRIO DE GESTÃO .....</b>	<b>7</b>
1.1 INTRODUÇÃO.....	8
1.2 ÓRGÃOS SOCIAIS.....	10
1.3 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	11
1.4 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA SOCIEDADE.....	14
1.5 ANÁLISE FINANCEIRA DA ATIVIDADE INDIVIDUAL .....	21
1.5.1 RESULTADOS E RENDIBILIDADE.....	21
1.5.2. EVOLUÇÃO DO BALANÇO .....	21
1.6 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DE EXERCÍCIO .....	23
1.7 GESTÃO DO CAPITAL E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	23
<b>2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS .....</b>	<b>26</b>
2.1 BALANÇOS INDIVIDUAIS.....	27
2.2 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS.....	28
2.3 DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL.....	29
2.4 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL .....	30
2.5 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS.....	31
<b>3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS .....</b>	<b>32</b>
ANEXO I – INVENTÁRIO DE TÍTULOS .....	65
<b>4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS .....</b>	<b>66</b>
APÊNDICE 1 .....	75
APÊNDICE 2 .....	79
<b>5. DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 245.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS .....</b>	<b>82</b>
<b>6. DECLARAÇÕES DE INDEPENDÊNCIA .....</b>	<b>84</b>
<b>7. DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 15º DA LEI Nº 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO .....</b>	<b>89</b>
<b>8. CERTIFICAÇÕES.....</b>	<b>93</b>

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Face à natureza e objetivos da sociedade, sua atividade, ativos sob gestão e sua origem, importa que me repita ano após ano quanto ao respetivo enquadramento, até porque o seu desequilíbrio estrutural se vai agravando com o tempo e com a recuperação dos ativos de maior liquidez e de maior valor.

Não vá um analista mais incauto pensar que na sua origem a sociedade se encontrava equilibrada, não perceber que se trata de uma empresa que se encontra em liquidação controlada, que não pode ter outra atividade para além de gerir e alienar os ativos adquiridos ao tempo ao Grupo BPN, maioritariamente ao valor nominal, com liquidez e potencial de valorização muito reduzida ou mesmo nula.

Assim, recorro que a Sociedade foi constituída em 2010, com o objetivo de adquirir ao ex-Grupo BPN no âmbito do processo de reprivatização, ativos de natureza diversa, cuja heterogeneidade, contingências e dispersão geográfica, por si só, representam um desafio à sua gestão e alienação. São muitas as operações de alienação em que o esforço e recursos exigidos, quer em meios humanos, quer materiais, não se traduz nem em receitas, nem em resultados de materialidade significativa nas contas da empresa.

Temos procurado atuar em todo o portfólio, desde os ativos financeiros, aos imóveis, certo que nem todos com o mesmo sucesso ou contributo para as contas da sociedade.

O ativo líquido da sociedade é em 31 de dezembro de 2016 na ordem dos €502 milhões e encontra-se distribuído em ativos financeiros, dos quais 81,3% em Unidades de Participação em Fundos de Investimento Imobiliário, 3,2% em imóveis, alguns dos quais sem uma única proposta de aquisição desde 2010, 2,2% em obras de arte, das quais a PARUPS, S.A. não pode dispor livremente para venda cerca de 74% do valor das obras, 9,9% diz respeito a outros ativos onde se inclui o saldo de gerência e receita cobrada no ano.

De salientar que, pese embora a sociedade seja incapaz de gerar receita própria para fazer face ao serviço da dívida em cada ano, tem sido feito um esforço para minimizar os encargos financeiros, e desta forma reduzir o esforço do Estado no âmbito do processo de reprivatização do BPN, procurando em cada ano e com recurso a saldo de gerência e/ou receita cobrada e não prevista efetuar amortizações extraordinárias nos financiamentos obtidos junto da CGD, os quais dispõem de aval do Estado, desta forma reduzindo encargos futuros com juros e comissões.

Infelizmente não foi possível à PARUPS, S.A. em 2016 efetuar a amortização extraordinária do empréstimo obrigacionista tal como se propunha, dado que não obteve autorização em tempo útil de forma a cumprir com a ficha técnica do Empréstimo Obrigacionista e publicar com 30 dias de antecedência no Boletim da Euronext Lisbon a intenção de reembolso antecipado. Com este reembolso a sociedade previa poupar encargos futuros na ordem dos €1,8 milhões, estimando ter conseguido com as amortizações antecipadas de anos anteriores uma redução de encargos superior a €10 milhões.

Cabe ainda destacar a dificuldade em gerir, valorizar e alienar estes ativos e de enfrentar em cada momento as surpresas que a gestão de uma carteira de imóveis devoluta e sem manutenção há largos anos acarreta, nomeadamente a necessidade de intervenção na manutenção e limpeza dos imóveis, nalguns casos por força de notificações efetuadas pelos municípios e com possibilidade de pesadas coimas.

Vejo com muita preocupação os cortes orçamentais e cativos impostos à sociedade, na medida em que os mesmos podem pôr em causa a adequada gestão dos ativos e até a sua alienação, uma vez que os custos mais significativos são com comissões de venda, gestão e avaliação de imóveis e custos associados a processos judiciais que visam defender o património da sociedade. A empresa detém sob gestão um ativo líquido de cerca de €502 milhões, gerou receitas em 2016 na ordem dos €39 milhões, com custos em FSE e Recursos Humanos na ordem dos €636 milhares, o que representa cerca de 1,6% da receita e 2% dos Custos Operacionais.

Ainda assim, a contenção de custos é obrigatoriamente efetuada nos reduzidos encargos de gestão dos ativos, quando o verdadeiro problema está nos excessivos encargos financeiros suportados. Quanto aos custos associados a perdas e imparidades, decorrem naturalmente da própria natureza, qualidade e desvalorização dos ativos.

É fácil perceber que a gestão dos imóveis face à sua heterogeneidade e dispersão geográfica, obriga a sociedade a um elevado esforço na sua gestão e alienação. O valor crescente de imóveis vendidos nos últimos 3 anos, quer em número quer em valor, implica um enorme desafio para os anos vindouros, na medida em que os imóveis que permanecem em carteira são cada vez mais difíceis de alienar por falta de liquidez, pela sua localização, pelo seu valor, pela falta de qualidade, porque não existe simplesmente procura.

Quanto aos ativos financeiros, excluindo as UP's de Fundos Imobiliários, o ritmo das alienações depende de vários fatores, desde logo, a evolução dos mercados, a liquidez e valorização dos próprios ativos.

No entanto, independentemente do esforço e sucesso que a empresa possa obter na gestão e alienação de todo o portfólio dos seus diversos ativos, o seu desempenho está fortemente condicionado pela estratégia e gestão da sociedade gestora de fundos imobiliários IMOFUNDOS, SGFII, S.A., sociedade que gere os fundos imobiliários detidos pela PARUPS, S.A. e que representam neste momento cerca de 78,9% dos seus ativos.

Naturalmente, mantém-se o elevado passivo da sociedade, quer o que esteve na origem da aquisição dos ativos, quer o que resulta da transformação de financiamentos bancários em financiamentos do Estado, por força da incapacidade da sociedade em gerar receitas que lhe permitam fazer face ao serviço da dívida.

Esta é uma situação que tende a agravar-se, na medida em que a PARUPS, S.A. é forçada a recorrer a novos financiamentos para liquidar juros, mas também pelo fato de se tornar cada vez mais desequilibrada com o aumento da sua própria eficiência, pois quanto mais ativos alienar, menos restam para gerar receitas futuras.

É já em 2018 que vence a primeira prestação do financiamento que a empresa detém junto do Estado, a qual não tem obviamente capacidade para liquidar. Foi com espírito de enorme responsabilidade e colaboração que este tema foi já colocado junto da Tutela, para que se encontre atempadamente a solução mais adequada, antes mesmo da elaboração do próximo orçamento da sociedade.

Por fim, não posso deixar de agradecer às estruturas da PARVALOREM, S.A. pelo trabalho desenvolvido, em particular aos colaboradores que direta ou indiretamente colaboram com a PARUPS, S.A., ao Conselho de Administração e colaboradores da IMOFUNDOS, SGFII, S.A. pelo trabalho desenvolvido, ao Conselho Fiscal e Auditores Externos que sempre mantiveram connosco um diálogo construtivo e o acompanhamento da atividade da empresa, à Direção

## PARUPS, S.A.

---

Geral do Orçamento pela colaboração prestada nomeadamente no que diz respeito às questões colocadas e que resultam da própria especificidade da atividade da empresa, à acionista Direção Geral do Tesouro e Finanças pela disponibilidade registada, bem como à Tutela cuja confiança, apoio e compreensão foram fundamentais para a gestão da sociedade.

A todos muito obrigada!

*Maria Paula Poças Rodrigues*  
Presidente do Conselho de Administração

## 1. RELATÓRIO DE GESTÃO

### 1.1 Introdução

A PARUPS, S.A. é uma sociedade constituída no âmbito do processo de reestruturação financeira do BPN – BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A., cujo património resultou da aquisição ao “GRUPO BPN” de um conjunto de imóveis, obras de arte, moedas comemorativas, moedas para fins de coleção e numismática, instrumentos financeiros, quotas e créditos conexos.

A PARUPS, S.A. tem por missão gerir e potenciar a valorização e rentabilização dos ativos sob gestão, por forma a minimizar a perda para o acionista num contexto de alienação.

O objeto social da sociedade está definido nos seguintes termos:

- Prestação de serviços de consultoria;
- Aquisição para a sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e correlativa gestão de bens pertencentes à sociedade;
- Aquisição de imóveis para revenda no âmbito destas atividades e revenda dos adquiridos para tal fim.

A PARUPS, S.A. não tem quadro de pessoal, sendo a sua atividade assegurada pela estrutura orgânica da PARVALOREM, S.A., a empresa que agregou todo o quadro de pessoal transmitido a esta sociedade através do Contrato de Trespasse celebrado, a 10 de fevereiro de 2012, entre o BPN, S.A. e a PARVALOREM, S.A., conforme foi então estrategicamente definido no processo de reprivatização do BPN.

Os ativos financeiros representam cerca de 84,2% do total do ativo líquido da sociedade, sendo que as Unidades de Participação em Fundos Imobiliários representam cerca de 81,3% do total do ativo. São, pois, as Unidades de Participação em Fundos Imobiliários a grande componente de ativos sob gestão, pelo que qualquer perspetiva de recuperação de ativos e naturalmente de receitas passa sempre por operações que envolvam estes fundos.

Situação ainda mais relevante, na medida em que a PARUPS, S.A. não tem qualquer intervenção na gestão dos fundos dos quais detém participação, nem nas políticas por si adotadas. Desta forma é imprescindível a manutenção da colaboração e coordenação da gestão da PARUPS, S.A., da PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., e da IMOFUNDOS, SGFII, S.A., na qualidade de sociedade gestora dos fundos imobiliários, para que a PARUPS, S.A. possa cumprir com o principal objetivo que lhe foi proposto pelo acionista, a recuperação dos ativos.

A carteira de imóveis representa cerca de 3,2% do ativo líquido da sociedade, o que significa que em conjunto com as UP's de Fundos Imobiliários representam cerca de 84,5% do ativo líquido, ou seja, a recuperação de ativos da empresa está fortemente condicionada e exposta ao mercado imobiliário, quer quanto à venda dos imóveis detidos em Existências, quer quanto às receitas a obter por força da alienação de imóveis geridos pelos Fundos de Investimento Imobiliários.

O ano de 2016 foi particularmente generoso no que diz respeito à alienação de imóveis, tendo sido o melhor ano desde sempre, quer em termos de imóveis escriturados, quer em valor de vendas.

A heterogeneidade da carteira de imóveis detida, nomeadamente quanto à sua tipologia, qualidade, valor de avaliação e localização geográfica, quer quanto à sua antiguidade na carteira e estado de conservação, explica a falta de liquidez de alguns imóveis, bem como o facto da



receita obtida com a alienação de imóveis não ter uma correlação direta com o número de imóveis vendidos, nem com o esforço comercial na sua venda ou na sua gestão. É importante salientar que 69% dos imóveis detidos tem um valor de avaliação inferior a €100 milhares e que os imóveis para habitação representam 31% da carteira em valor, mas apenas 18% em número de imóveis.

Os custos de gestão associados aos imóveis não têm uma correlação direta com o número de imóveis detidos, mas sim com a natureza do imóvel, tipologia (exigência de despesas com seguro, segurança, condomínio e manutenção), valor, localização geográfica e por vezes com contingências associadas, quer de natureza legal, com processos judiciais em curso e/ou divergência na documentação legal que permita a sua venda, quer ambiental (risco de incêndio, derrocada, etc.), quer de outra natureza, como é o caso dos imóveis cuja construção não se encontra concluída ou sem licença de utilização.

O custo com a alienação de imóveis, fundamentalmente com comissões de intermediação imobiliária, é teoricamente tanto maior quanto maior o valor de vendas escriturado. Contudo a sociedade tem os seus imóveis publicitados no seu *site* institucional e pode receber diretamente propostas de aquisição, as quais naturalmente não estão sujeitas a comissão de intermediação imobiliária.

Face à natureza, distribuição e peso de cada um dos ativos sob gestão, é perceptível a falta de controlo da sociedade quanto ao espaço temporal necessário para a alienação dos seus ativos, bem como o elevado grau de incerteza que se manifesta desde logo no exercício de planeamento e orçamentação da atividade da PARUPS, S.A., com dificuldade acrescida, quer na estimativa de receitas, quer na estimativa de despesas.

As obras de arte representam apenas 2,2% do ativo líquido da sociedade, são cerca de €11 milhões, dos quais cerca de €8,2 milhões correspondem a 13 obras do pintor Joan Miró e €2,5 milhões correspondem a 171 obras de outros artistas. A sociedade espera poder vir a realizar o valor das 171 obras sob gestão, contribuindo também esta tipologia de ativo quer para a obtenção de receitas, quer para a redução dos seus custos de gestão e manutenção, que para além de seguros, requer condições de armazenamento e segurança que a sociedade tem obrigatoriamente que contratar a terceiros. Os custos de armazenagem não foram suportados até ao último trimestre de 2016 dado que foi possível manter as obras sem custos em local adequado com a colaboração de uma entidade controlada pelo ESTADO PORTUGUÊS. A sociedade foi confrontada com a necessidade de contratar este serviço no último trimestre do ano apesar do mesmo não se encontrar previsto no orçamento, quer de 2016, quer de 2017, cujo exercício orçamental já se encontrava concluído e entregue à Tutela.

Pese embora todas as vicissitudes, a sociedade recuperou ativos no exercício de 2016 na ordem dos €39 milhões, dos quais cerca de €30,3 milhões em ativos financeiros, €8,7 milhões com a atividade imobiliária e outras operações de valor residual.

De uma carteira de ativos adquirida pelo valor de €1.232 milhões, a PARUPS, S.A. recuperou desde o início da sua atividade um total de €250 milhões, cerca de €214,6 milhões em ativos financeiros, cerca de €16,8 milhões em moedas e outros ativos residuais e, €18,7 milhões na atividade imobiliária, o que representa uma recuperação de 20,3% do ativo adquirido e de 32,7% do valor do ativo líquido a 2012.

**1.2 Órgãos Sociais**

**Mesa da Assembleia Geral**

JOSÉ EMÍLIO COUTINHO GARRIDO CASTEL- BRANCO (Presidente) <sup>(1)</sup>

CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE (Secretária)

**Mandato dos Membros da Mesa da Assembleia Geral:**

Prazo de duração do mandato: Triénio 2015 - 2017

Data da Deliberação Social Unânime por Escrito: 29-06-2015

<sup>(1)</sup> Renunciou com efeitos desde 24-05-2016

**Conselho de Administração**

MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES (Presidente)

FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE (Vogal)

BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES (Vogal)

BERNARDO XAVIER ALABAÇA (Vogal)

**Mandato do Conselho de Administração:**

Prazo de duração do mandato: Triénio 2015 - 2017

Data da deliberação da Assembleia Geral: 29-04-2015

*Nota: Por força do novo regime jurídico do setor público empresarial (NRJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro de 2013, os estatutos sociais foram parcialmente alterados, por deliberação da assembleia geral da Sociedade realizada em 23/07/2014, todavia, a redução para três do número de membros do Conselho de Administração só se aplica a partir do próximo mandato (cf. n.º 3 do artigo 73.º do NRJSPE).*

**Conselho Fiscal**

PEDRO MIGUEL DO NASCIMENTO VENTURA (Presidente)

DAVID ANTÓNIO TEIXEIRA DE AVELAR (Vogal)

JOÃO DUARTE LOPES RIBEIRO (Vogal)

**Mandato do Conselho Fiscal**

Prazo de duração do mandato: até final do mandato em curso 2016 - 2018

Data da deliberação da Assembleia Geral: 21-11-2016

**Revisor (Efetivo)**

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por: JOSÉ ANTÓNIO MENDES GARCIA BARATA, ROC n.º 1210

**Revisor (Suplente)**

CARLOS LUÍS OLIVEIRA DE MELO LOUREIRO, ROC n.º 572

**Mandato do Revisor**

Prazo de duração do mandato: até final do mandato em curso 2016 – 2018

Data da Deliberação Social Unânime por Escrito: 23-03-2017

### 1.3 Enquadramento Macroeconómico

#### *Enquadramento Internacional*

No final de 2015, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estimava que o mundo poderia crescer 3,6% em 2016, com as economias desenvolvidas a crescerem 2,2% e as economias emergentes a crescerem 4,5%.

Ao longo de 2016, as estimativas do FMI para o crescimento económico mundial foram sucessivamente revistas em baixa. No final do ano de 2016, a estimativa para o crescimento económico mundial era de 3,1% para o ano (0,5% abaixo da estimativa de um ano antes), sendo que as economias desenvolvidas deverão ter crescido cerca de 1,8% e as economias emergentes cerca de 4,2%.

Fatores como a manutenção dos preços das *commodities* em níveis relativamente baixos, fato que afetou a dinâmica económica dos países produtores das mesmas, o *Brexit*, a subida das *yields* da dívida pública americana, em particular a partir de agosto de 2016 e as dificuldades sentidas em algumas economias emergentes com peso, como o Brasil ou a Rússia, estiveram na origem da redução das estimativas ao longo do ano.

As projeções de crescimento económico do FMI são as seguintes:

#### *World Economic Outlook - Projeções de evolução do PIB (em percentagem)*

Rubrica	2015	2016p	2017p
PIB Mundial	3,2	3,1	3,6
Economias Desenvolvidas	2,1	1,8	1,9
EUA	2,6	1,9	2,3
Zona Euro	2	1,6	1,6
Alemanha	1,5	1,7	1,6
França	1,3	1,1	1,7
Itália	0,7	1	0,7
Espanha	3,2	2,9	2,2
Japão	1,2	1,5	0,8
Reino Unido	2,2	2,1	1
Canadá	0,9	1,6	2
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	4,1	4,2	5,1
Rússia	-3,7	0,3	1,1
China	6,9	6,6	6,5
Índia	7,6	6,2	7,9
Brasil	-3,8	-1,9	1,4

Fonte: Outlook do Fundo Monetário Internacional (final de 2016)

Para 2017, as expetativas baseiam-se numa recuperação do crescimento económico mundial, à custa sobretudo da performance das economias emergentes.

As economias desenvolvidas registaram nos últimos meses de 2016 uma recuperação da produção industrial. A economia americana deverá crescer em 2017 cerca de 2,3%, devido sobretudo à política económica da nova administração presidencial, aos novos estímulos fiscais e a uma gradual normalização da política monetária. A economia americana está próxima da situação de pleno emprego.

Na Europa, a produção mantém-se abaixo do seu nível potencial, pelo que, os indicadores macroeconómicos deverão registar em 2017 uma melhoria. Evidência para a performance da Alemanha e de Espanha, este último país a crescer cerca de 3% em termos do PIB.

Nas maiores economias emergentes, o FMI estima uma recuperação do crescimento económico da Índia, Rússia e Brasil.

Relativamente à China, este país deverá registar um crescimento económico em 2017 ligeiramente abaixo do registado em 2016 (6,5% versus 6,6%).

Os principais fatores de risco que poderão influenciar negativamente o crescimento mundial em 2017 são os seguintes: as decisões políticas e económicas nos EUA, os efeitos do *Brexit* e os resultados das eleições em vários países da Europa, com destaque para a França.

### *Economia Portuguesa*

A economia portuguesa deverá ter crescido em 2016, segundo as estimativas de dezembro do Banco de Portugal cerca de 1,2%, menos 0,4% que em 2015 e menos 0,6% do valor estimado no Orçamento de Estado.

Um menor crescimento do consumo das famílias e fundamentalmente uma quebra no investimento privado e público, foram os fatores que explicam uma performance da economia portuguesa abaixo do esperado.

Ao nível das exportações, apesar de ter continuado o esforço na diversificação dos mercados destino dos produtos nacionais, a situação económica em países como Angola e Brasil, acabou por limitar a expansão das vendas das empresas portuguesas além-fronteiras.

O aumento das entradas de turistas ditou um crescimento das receitas do turismo, fator positivo para as exportações portuguesas.

A inflação subiu em 2016, devido sobretudo ao aumento dos preços dos combustíveis, prevendo-se que em 2017 se aproxime de 1,4%.

O desemprego diminuiu em 2016 para 11,1% (12,4% em 2015). O Banco de Portugal no seu boletim económico de dezembro de 2016, prevê a continuação da descida da taxa de desemprego: 10,1% em 2017, 9,4% em 2018 e 8,5% em 2019.

É de salientar que o país voltou a apresentar em 2016, tal como em 2015, um saldo positivo da Balança Corrente e de Capital, e da Balança de Bens e Serviços, uma das correções mais importantes dos desequilíbrios estruturais da economia portuguesa.

As contas públicas continuaram a sua trajetória de consolidação, com o país a conseguir reduzir o défice público em percentagem do PIB para um valor inferior à meta da União Europeia (o défice público em 2016 deverá ter-se situado em redor de 2,3%).

A dívida pública viva continua a representar em termos brutos um valor próximo dos 130% do PIB.

Projeções do Banco de Portugal - Taxa de variação anual em percentagem

Rubrica	Pesos	BE Dezembro 2016		BE Junho 2016		
	2015	2015	2016 (p)	2017 (p)	2016 (p)	2017 (p)
Produto Interno Bruto (PIB)	100	1,6	1,2	1,4	1,3	1,6
Consumo Privado	65,6	2,6	2,1	1,3	2,1	1,7
Consumo Público	18,2	0,8	1	0	1,1	0,4
Formação Bruta de Capital Fixo	15,3	4,5	-1,7	4,4	0,1	4,3
Procura Interna	99,3	2,5	1,2	1,5	1,8	1,7
Exportações	40,6	6,1	3,7	4,8	1,6	4,7
Importações	39,8	8,2	3,5	4,8	2,8	4,9
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) (a)						
Procura Interna		1,1	0,4	0,5	1	0,7
Exportações		0,5	0,8	0,9	0,3	0,9
Balança Corrente e de Capital						
(% do PIB)		1,7	1,1	0,9	1,9	1,6
Balança de Bens e Serviços						
(% do PIB)		1,8	2,2	1,9	1,6	1,3
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0,5	0,8	1,4	0,7	1,4

Fonte: Banco de Portugal (dezembro 2016)

Notas: (p) projetado, p.p. = pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente a valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas.

Atendendo à tendência verificada nos últimos meses de 2016, a atividade económica registou uma ligeira melhoria, assim como o consumo privado. Esta evolução é suportada pelos indicadores coincidentes do Banco de Portugal.

Trimestre terminado em

Indicadores Coincidentes	2015	2016					2015	2016			
		t.m.	Set	Out	Nov	Dez		m-12	Set	Out	Nov
Indicador para a atividade económica	1,4	0,8	0,5	0,5	0,6	0,7	1,9	0,5	0,6	0,7	0,8
Indicador para o consumo privado	2,4	2	1,9	2	2,1	2,1	2,2	2	2,1	2,1	2,2

Fonte: Banco de Portugal - Indicadores Coincidentes Dez 2016

Nota: Valores em taxa de variação homóloga, sendo que a coluna t.m. corresponde à taxa média de variação do indicador desde o início do ano. A coluna m-12 refere-se ao mês homólogo do último mês disponível.

A situação do setor financeiro continuou a ser difícil em 2016. O crédito concedido pelos bancos às empresas e às famílias continuou a diminuir e o crédito vencido manteve-se em níveis elevados, obrigando a um contínuo esforço de provisionamento por parte dos bancos.

De acordo com os dados do Banco de Portugal, o crédito concedido às famílias em 2016 apresentou uma taxa de variação anual de -1,6%. Este indicador apresenta valores negativos desde 2011, ano do resgate financeiro do país, tendo 2013 sido o ano em que se registou a pior variação (-4,4%).

A evolução do crédito concedido às famílias depende fundamentalmente dos empréstimos à habitação que representavam no final de 2016 cerca de 80% do valor total.

O crédito ao consumo apresentou em 2016 um crescimento de 3% face ao ano anterior.

O rácio de crédito vencido relativo às famílias situou-se no final de 2016 nos 4,9% (menos 0,2% que no final de 2015).

Por sua vez, o crédito concedido às sociedades não financeiras apresentou em 2016 um decréscimo de 2,6% face ao valor em 2015. Este decréscimo é geral, ou seja, abrange as empresas de grande e de pequena e média dimensão, as empresas privadas e as empresas públicas. O único segmento em que o crédito concedido aumentou em 2016 foi o das empresas exportadoras (0,9%).

O rácio de crédito vencido das sociedades não financeiras situou-se em 15,7% no final de 2016, aumentando 0,2% face ao valor no final de 2015.

A taxa de juro média para empréstimos para sociedades não financeiras era em novembro de 2016 de 3,36% para operações até €1 milhão e de 2,29% para operações acima desse valor. Em dezembro de 2015, os valores eram respetivamente 3,63% e 2,39%.

A taxa de juro média para empréstimos à habitação era em novembro de 2016 de 1,82% (2,16% em dezembro de 2015), enquanto que a taxa de juro média para crédito ao consumo a particulares era de 7,39% (7,7% em dezembro de 2015).

### 1.4 Evolução da Atividade da Sociedade

Com base nas competências organizacionais internas foi possível dar continuidade à persecução dos objetivos enquadrados na missão de alienar/liquidar a carteira de ativos sob gestão, tendo sempre em vista a maximização do resultado e a minimização dos custos correntes associados.

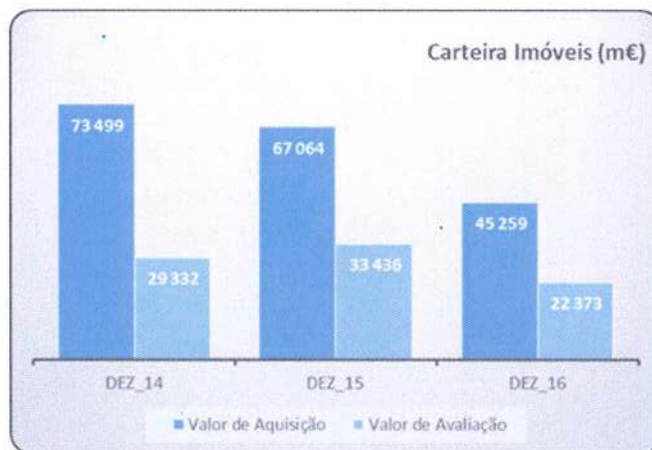
As Direções de Gestão de Ativos Imobiliários (DGAI), de Gestão de Ativos Financeiros (DGAF) e de Gestão de Outros Ativos (DGOA) da PARVALOREM, S.A., à semelhança do ocorrido nos exercícios anteriores, asseguraram a gestão corrente e estratégica do património proveniente do espólio do BPN, S.A., nas áreas dos ativos imobiliários, ativos financeiros e outros ativos, nomeadamente património artístico.

#### Gestão da carteira de imóveis

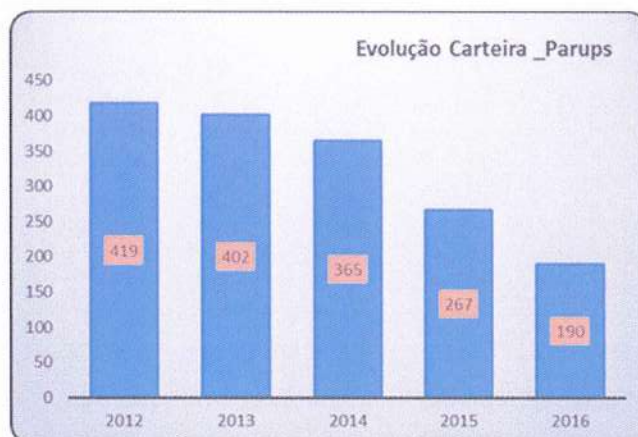
Em 2016, com a manutenção da pro-atividade comercial e os sinais positivos do mercado imobiliário, foi reforçada a evolução crescente do negócio, tendo-se obtido os melhores resultados de sempre, que se traduziram num crescimento anual do volume de vendas de 64%.

#### A Carteira

Em termos de valor global, a carteira da PARUPS, S.A. sofreu uma redução de 33%, decorrente do volume de vendas verificado e da perda de valor de alguns imóveis.

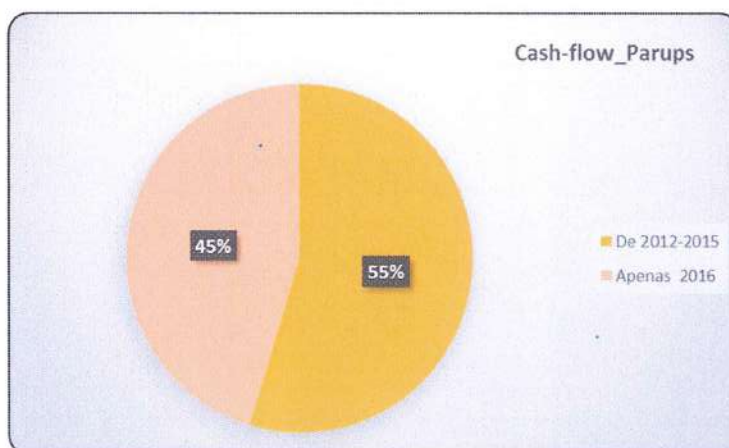
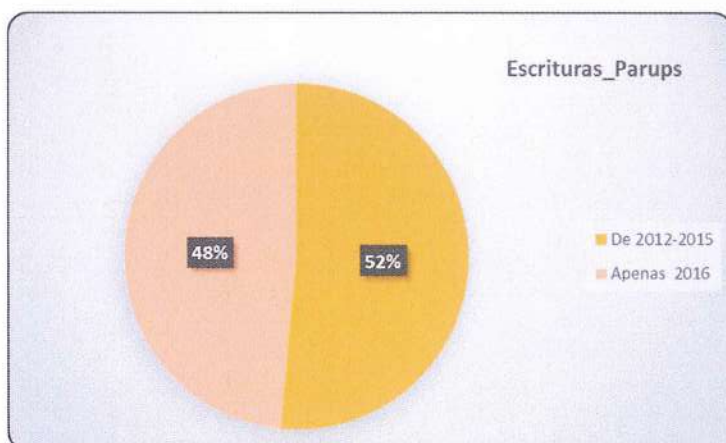


O *portfolio* teve uma redução anual de 29%.



Os anos de 2012, 2013 e 2014 incluem imóveis adquiridos para a carteira, mas ainda em CPCV devido a contingências várias.

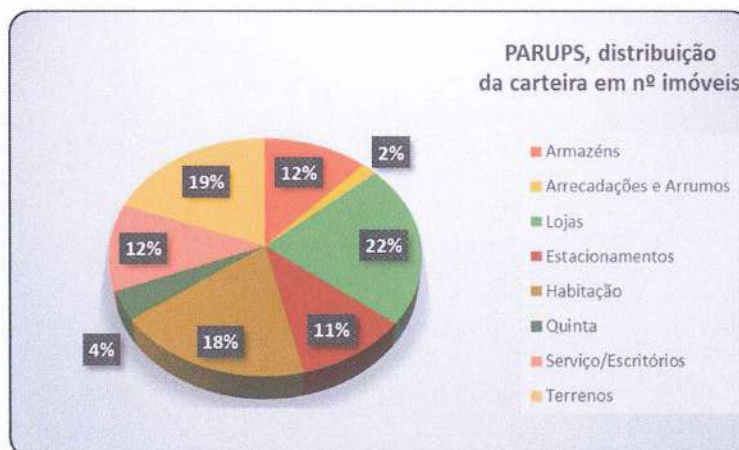
O ano de 2016 representou o melhor ano comercial desde o início da atividade da PARUPS, S.A., como é possível constatar nos gráficos abaixo, onde é visível que em valores recebidos o exercício de 2016 corresponde a cerca de 45% do total recebido desde 2012.



A 31 de dezembro de 2016 a carteira da PARUPS, S.A. tem 7 Contratos Promessa de Compra e Venda (CPCV's) contratualizados, respeitantes a 12 imóveis, que correspondem a um valor de venda de €5,9 milhões, dos quais foram recebidos 51% do seu valor.

CPCV's a 31 dezembro 2016 (M€)		
N.º CPCV	Valor de Venda	Valor Recebido
12	5,91	2,99

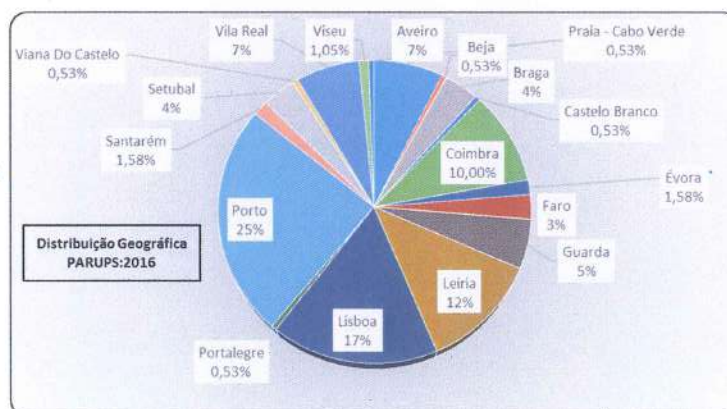
A carteira, excluindo os imóveis em CPCV é muito heterogénea, sendo a componente de habitação apenas 18% do total, o que dificulta a sua comercialização.



Em termos de valor, a distribuição da carteira por tipologia altera-se um pouco, verificando-se o predomínio da habitação em 31% e as lojas em 20%.

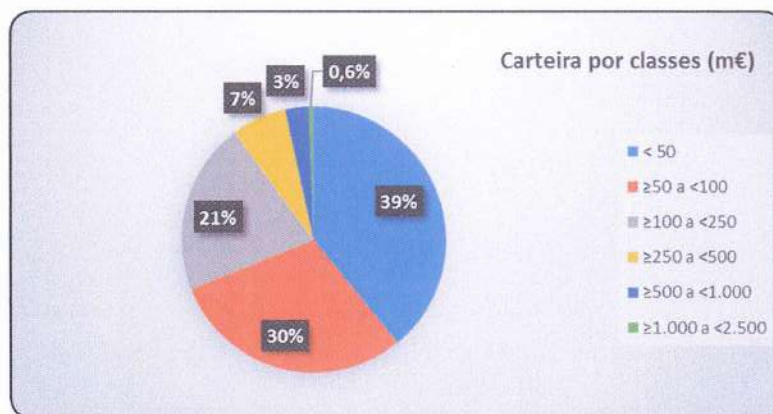


Os imóveis da PARUPS, S.A. estão dispersos por Portugal Continental, com uma grande concentração no distrito do Porto (25%), seguido de Lisboa (17%) e Leiria (12%).



Em termos da distribuição da carteira por classes de valor (m€) verificamos que 69% dos imóveis tem um valor inferior a €100 milhares, e 90% tem um valor inferior a €250 milhares, o que traduz uma grande atonicidade na carteira de imóveis.





### Vendas

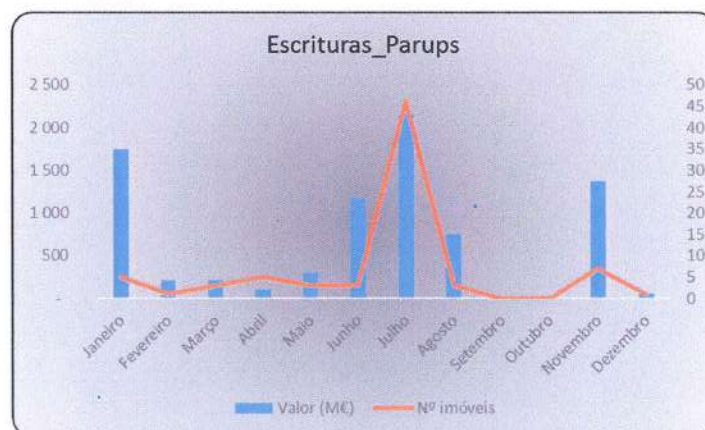
O ano de 2016 superou a performance de 2015, em quase 145% no que concerne aos valores das alienações.

Apesar do número de escrituras em 2016 ser inferior ao ano anterior, constatamos uma variação positiva de 145% em termos de valores escriturados. Nas 26 escrituras realizadas, foram alienados 77 imóveis. Em termos de cash-flow, também assistimos à variação positiva de 113%.

Evolução de Alienação de Imóveis (M€)									
2012		2013		2014		2015		2016	
Nº imóveis vendidos	Valor Venda	Nº imóveis vendidos	Valor Venda	Nº imóveis vendidos	Valor Venda	Nº imóveis vendidos	Valor Venda	Nº imóveis vendidos	Valor Venda
4	518	20	1763	41 (*)	3 002	102	3 299	77	8 026

(\*) corresponde a 30 escrituras

A maior incidência no valor de venda verificou-se no mês de julho.



O esforço comercial concretizado em escrituras e CPCV's assinados, traduziu-se num incremento da receita anual em 64%.

Arrendamentos



Em termos de arrendamento, constatamos uma redução líquida de 2 imóveis arrendados, com um impacto no valor de rendas recebidas em quase 24%. Embora se tenham realizado novos contratos de arrendamento, a venda de 2 imóveis com 8 frações arrendadas teve um impacto significativo nesta rubrica.

Cumprе ainda salientar que todos os ativos são objeto de avaliação e visitados pelos colaboradores da Direção de Gestão de Ativos Imobiliários com a regularidade adequada.

A adjudicação das empresas avaliadoras – neste momento 10 sociedades com elevada reputação no mercado nacional e internacional, as quais cumprem os requisitos definidos pela CMVM – baseia-se nos seguintes critérios genéricos de seleção:

1. A mesma empresa avaliadora não deve avaliar duas vezes consecutivas o mesmo imóvel, devendo ser respeitado o princípio de rotatividade das empresas avaliadoras;
2. A diversificação das empresas avaliadoras para cada imóvel e pela carteira, tendo como princípio a não concentração de mais de 20% das avaliações a realizar numa única entidade, sendo o mesmo procedimento recomendado relativamente aos peritos avaliadores;
3. As avaliações devem estar suportadas em visitas efetivas aos imóveis (interior e exterior), sendo que só são aceites avaliações feitas unicamente pelo exterior do imóvel, em situações nas quais o acesso ao seu interior está interdito (ex: imóveis ocupados, risco de ruína, outro devidamente justificado).

Tendo presente o *benchmarking* realizado sobre as práticas de mercado das Instituições Financeiras e as alterações no processo de avaliações, introduzidas pela Lei nº 153/2015 de 14 de setembro, foi negociado e elaborado um preçário único para todas as avaliações realizadas pela Empresa, o que gerou uma redução substancial nos custos de avaliação, superior a 20%.

A comercialização dos imóveis é feita essencialmente através das mediadoras com quem a PARUPS, S.A. tem protocolo, todas portadoras de Licença AMI. Os imóveis encontram-se também divulgados no portal institucional da Empresa e no portal LarDoceLar. Os ativos são promovidos pelos 4 principais *players* do mercado a nível nacional, bem como por diversas mediadoras regionais, apostando-se no fator de proximidade. Existem atualmente 108 contratos de mediação, sendo que o comissionamento é único para todos os parceiros de negócio.

### Gestão de Ativos Financeiros

Em 2016 prosseguiu-se o trabalho de transformação em liquidez da carteira dos instrumentos financeiros legados por via da privatização do BPN, S.A..

Entre vendas e reembolsos, foram recebidos €30 milhões, aos quais haverá que adicionar €266 milhares de juros e dividendos, pelo que o encaixe financeiro total foi de €30,3 milhões, valor idêntico ao de 2015. Do total de vendas e reembolsos, €19,1 milhões resultaram de uma redução de capital do FII IMOREAL, o qual é gerido pela IMOFUNDOS, SGFII, S.A. sociedade inteiramente detida pela PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., e os restantes €11,2 milhões de vendas de participações sociais, amortizações de obrigações e reembolsos de fundos de investimento mobiliário.

Embora o montante envolvido não tenha sido significativo, destaca-se ainda que, depois de um longo trabalho de inventariação e valorização, foi vendido o conjunto das moedas comemorativas e de coleção que ainda constavam do balanço da PARUPS, S.A. depois de, em 2014, terem sido alienadas as moedas comemorativas do Euro 2004, por cerca de €15,7 milhões.

Entre março de 2012 e dezembro de 2016, a atividade da Direção de Gestão de Ativos Financeiros (DGAF) traduziu-se num encaixe total de €167,5 milhões, dos quais €45,5 milhões, isto é, 27%, tiveram proveniência em distribuições de capital efetuados por fundos imobiliários geridos pela IMOFUNDOS, SGFII, S.A. Foram recebidos €4,4 milhões em juros e dividendos, valor que acaba por ser significativo, tida em conta a natureza e a dimensão da carteira.

Nos próximos anos continuará a procurar-se maximizar a contribuição dos ativos financeiros para o total de recuperações. Tal objetivo revestir-se-á de uma complexidade crescente, uma vez que a dimensão da carteira é hoje mais reduzida e já foram alienadas as posições com maior liquidez. É fácil verificar que o encaixe financeiro futuro dependerá, em larga medida, das distribuições de capital que venham a ser efetuadas pelos fundos imobiliários do Grupo, dado o peso que estes assumem no balanço da PARUPS, S.A. A recuperação do mercado imobiliário, que tem vindo a ter lugar nos últimos anos, constitui, pois, um fator crítico.

Os ativos financeiros da PARUPS, S.A. apresentam, no final de 2016, um valor líquido de balanço, após imparidades, de cerca de €423 milhões. Os fundos de investimento imobiliários geridos pela IMOFUNDOS, SGFII, S.A. com €396 milhões, compõem 93,6% desse montante. Em 2012 esses fundos tinham uma valorização de €571 milhões, representando, nessa altura, 85% da carteira total. Os restantes €27 milhões, ou seja 6,3%, distribuem-se por outros fundos imobiliários, fundos de investimento mobiliário, obrigações, participações sociais e outros.

Nos últimos quatro anos, os títulos em carteira, sem incluir os fundos geridos pela IMOFUNDOS, SGFII, S.A. valorizados em dezembro de 2012 em €101 milhões, geraram um encaixe financeiro, decorrente de vendas, reembolsos, juros e dividendos de €95,6 milhões.

### Gestão de Outros Ativos

Ao nível da carteira de ativos geridos, destacam-se as obras de arte e, dentro destas, o conjunto de Obras de Joan Miró, do qual a PARUPS, S.A. detém 13 obras, sendo as restantes 72 propriedade da PARVALOREM, S.A. O conjunto das 85 obras está contabilizado nas sociedades (PARUPS, S.A. e PARVALOREM, S.A.) por um valor líquido de €45,3 milhões, correspondendo €8,2 milhões à PARUPS, S.A.

## PARUPS, S.A.

---

Na sequência do concurso realizado em setembro de 2013, as sociedades PARUPS, S.A. e PARVALOREM, S.A. celebraram um contrato com a Leiloeira Christie's com vista à venda das 85 obras, o qual foi assinado em novembro do mesmo ano. Como é do conhecimento público, e por motivos alheios às sociedades, a venda das obras no leilão, que se encontrava agendado para fevereiro de 2014, acabou por não ocorrer. Face às orientações do acionista ESTADO, as sociedades encetaram negociações com a Leiloeira Christie's para a resolução do referido contrato, o que veio a concluir-se já no decorrer de 2017 com bastante sucesso, uma vez que tal não implica qualquer penalização contratual para as sociedades. Estão, pois, criadas condições para com segurança jurídica poder ser dado um destino diferente a estas obras de arte, que não a sua venda em leilão internacional.

Concomitantemente, em 2016 foi acordado entre o Ministério da Cultura, a Fundação de Serralves, a PARUPS, S.A. e a PARVALOREM, S.A. o empréstimo das obras para a exposição no Museu da Fundação, de 1 de outubro de 2016 a 28 de janeiro de 2017, sendo que a data de encerramento foi, depois, prorrogada para 4 de junho de 2017, pelo sucesso que a iniciativa recolheu junto do público.

Com a entrega das obras à Fundação de Serralves, no final do mês de agosto de 2016, as responsabilidades associadas à respetiva manutenção, tais como seguro e armazenamento, deixaram de ser responsabilidade das sociedades, sendo que também não obtêm qualquer receita da referida exposição.

Além das obras de Joan Miró, a PARUPS, S.A. detém ainda 171 obras de arte, contabilizadas por €2,5 milhões. No conjunto, a PARVALOREM, S.A. e a PARUPS, S.A. possuem 195 obras com um valor líquido de balanço de €3,5 milhões.

No âmbito da colaboração com Museus e outras entidades nacionais, foi emprestada ao Museu Nacional Soares dos Reis e ao Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado, a obra Cabeça Mongol de Amadeo de Souza-Cardoso. Este empréstimo destinou-se à exposição comemorativa dos 100 anos da exposição de Amadeo, que, na altura, teve igualmente lugar no Porto e em Lisboa. Continuam, entretanto, emprestadas 3 obras à Fundação Árpád-Szenes Vieira da Silva, as quais são propriedade da PARVALOREM, S.A. (2) e PARUPS, S.A. (1).

Em 2016, todo o acervo, por indisponibilidade do local de armazenamento, foi mudado para uma outra localização. Foram também, no contexto da conservação, concluídos os restauros iniciados em 2015.

Antecipando o processo de alienação das obras, que prevemos tenha início em 2017, a listagem das obras de artistas portugueses e estrangeiros foi partilhada com várias entidades públicas com relevância no setor.

Por fim, há que mencionar ainda que recorrendo ao método do leilão *on line* foram, em 2016, alienadas 73 peças de baixo valor. A operação valeu, não tanto pelo encaixe financeiro, mas pela eliminação dos custos envolvidos na respetiva gestão, armazenamento e conservação.

## 1.5 Análise Financeira da Atividade Individual

### 1.5.1 Resultados e Rendibilidade

	€ milhares		
	2016	2015	Variação Valor
<b>Proveitos operacionais:</b>			
Vendas e prestações de serviços	8.089	3.299	4.790
Outros proveitos operacionais	3.101	4.740	(1.639)
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>11.190</b>	<b>8.039</b>	<b>3.151</b>
<b>Custos operacionais:</b>			
Custo das vendas	(7.672)	(3.228)	(4.444)
Fornecimentos e serviços externos	(501)	(446)	(55)
Gastos com o pessoal	(135)	(122)	(13)
Provisões e perdas por imparidade	(6.263)	2.203	(8.466)
Outros custos operacionais	(17.135)	(49.478)	32.343
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>(31.706)</b>	<b>(51.071)</b>	<b>19.365</b>
<b>Resultados operacionais</b>	<b>(20.516)</b>	<b>(43.032)</b>	<b>22.516</b>
<b>Custos e perdas financeiros</b>			
Custos e perdas financeiros	(33.960)	(39.938)	5.978
Proveitos e ganhos financeiros	128	852	(724)
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>(54.348)</b>	<b>(82.118)</b>	<b>27.770</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(54.348)</b>	<b>(82.118)</b>	<b>27.770</b>

No final do exercício de 2016, o Resultado líquido cifrou-se num prejuízo de €54,3 milhões, o que traduz uma variação positiva de €27,8 milhões face ao resultado verificado em 2015. Este comportamento dos resultados do exercício é explicado pela melhoria verificada nos proveitos operacionais (€3,2 milhões), por uma quebra significativa nos juros do empréstimo obrigacionista (€6,3 milhões) e fundamentalmente por uma redução na rubrica de custos operacionais decorrente de menores perdas em alienações de títulos do que as verificadas em 2015.

Para o resultado do ano, os proveitos operacionais contribuíram com um total de €11,2 milhões, montante insuficiente para compensar custos operacionais de €31,7 milhões maioritariamente explicados por €6,3 milhões de imparidades líquidas e por perdas na alienação de títulos de €16,2 milhões.

Por último, acresceu ainda o impacto de cerca de €34 milhões de custos e perdas financeiros, fundamentalmente juros e encargos dos financiamentos obtidos, incluindo o empréstimo obrigacionista.

### 1.5.2. Evolução do Balanço

	€ milhares		
	2016	2015	Variação Valor
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Outros Investimentos	422.925	471.350	(48.425)
<b>Total de ativos não correntes</b>	<b>422.925</b>	<b>471.350</b>	<b>(48.425)</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Existências	27.145	36.710	(9.565)
Outras contas a receber	2.131	1.419	712
Estado e outros entes públicos	129	384	(255)
Investimentos detidos para negociação	111	105	6
Outros ativos	-	9.520	(9.520)
Caixa e equivalentes de caixa	49.749	3.071	46.678
<b>Total de ativos correntes</b>	<b>79.265</b>	<b>51.209</b>	<b>28.056</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>502.190</b>	<b>522.559</b>	<b>(20.369)</b>

## PARUPS, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2016, o ativo líquido da sociedade situou-se em €502,2 milhões, o que significou um decréscimo de cerca de €20,4 milhões (-3,9%) face ao alcançado no termo de 2015.

No final do exercício de 2016, os saldos das rubricas Investimentos em filiais e associadas e outros investimentos ascenderam a €422,9 milhões (ativo não corrente, líquido de imparidades), o que significou um decréscimo de €48,4 milhões face ao alcançado no ano anterior.

O ativo corrente líquido de imparidades totalizou €79,3 milhões, o que representou um aumento de €28,1 milhões face ao saldo do final do exercício anterior, explicado pelo comportamento da rubrica de caixa e equivalentes de caixa.

	€ milhares		
	2016	2015	Variação Valor
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	50	50	-
Reservas de reavaliação	8.117	10.228	(2.111)
Resultados transitados	(885.782)	(803.664)	(82.118)
Resultado líquido do exercício	(54.348)	(82.118)	27.770
<b>Total do Capital próprio</b>	<b>(931.963)</b>	<b>(875.504)</b>	<b>(56.459)</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	94	94	-
Empréstimos obrigacionistas	307.207	389.628	(82.421)
Outros financiamentos obtidos	1.003.108	889.884	113.224
<b>Total do passivo não corrente</b>	<b>1.310.409</b>	<b>1.279.606</b>	<b>30.803</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Acionistas	35.193	35.193	-
Empréstimos obrigacionistas	82.412	74.920	7.492
Outros financiamentos obtidos	-	4.375	(4.375)
Fornecedores	22	14	8
Estado e outros entes públicos	5	4	1
Passivos por impostos diferidos	2.356	-	2.356
Outros passivos	3.756	3.951	(195)
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>123.744</b>	<b>118.457</b>	<b>5.287</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.434.153</b>	<b>1.398.063</b>	<b>36.090</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>502.190</b>	<b>522.559</b>	<b>(20.369)</b>

O passivo não corrente totalizou €1.310,4 milhões, o que correspondeu a um aumento de €30,8 milhões comparativamente com o saldo do final do ano anterior. Para o aumento deste passivo, que incorpora uma amortização parcial do empréstimo obrigacionista, contribuiu a contratualização de um novo empréstimo com o ESTADO PORTUGUÊS, através da DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS, cujo montante ascendeu a €91,6 milhões.

O passivo corrente ascendeu a €123,7 milhões, com um aumento de €5,3 milhões face ao registado em 2015.

O capital próprio da PARUPS, S.A. diminuiu €56,4 milhões durante o ano de 2016. O resultado negativo do ano anterior, o resultado líquido do exercício, que registou um prejuízo de €54,3 milhões, e a redução de €2,1 milhões das reservas de reavaliação, contribuíram para que no final do exercício de 2016 os capitais próprios se cifrassem no montante negativo de €931,9 milhões.

### 1.6 Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

No decorrer do exercício de 2017, a PARUPS, S.A. e a PARVALOREM, S.A., chegaram a acordo com a Christie, Manson & Woods Ltd. para a revogação do contrato de prestação de serviços de colocação em leilão das obras de arte do pintor Joan Miró. Adicionalmente, à data deste relatório encontra-se em formalização a passagem destas obras de arte para o ESTADO PORTUGUÊS.

### 1.7 Gestão do Capital e Proposta de Aplicação de Resultados

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de dezembro de 2016, apresentam capitais próprios negativos no montante de €931.963 milhares, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do BPN, acionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Setor Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais e o Estado português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionadas com a Sociedade.

Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em €54.347.656,60 seja totalmente transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 11 de maio de 2017

#### Conselho de Administração

Presidente

Maria Paula Poças Rodrigues



Vogal

Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite



Vogal

Bruno Raposo de Castro Henriques



Vogal

Bernardo Xavier Alabaça



**ANEXO I**

Para efeitos do n.º 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, durante o exercício de 2016, cada um dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização não possuía qualquer ação ou obrigação das referidas nos números 1 e 2 do mesmo preceito legal.

**ANEXO II**

Para efeitos do n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, até 13 de fevereiro do exercício de 2012, o BPN – BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A. foi o acionista único da PARUPS, S.A. A partir 14 de fevereiro o ESTADO PORTUGUÊS, através da DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS tornou-se o acionista único da sociedade, mantendo-se, nesta data, essa situação.

**ANEXO III**

Para efeitos do n.º 4 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários informa-se que:

1. O ESTADO PORTUGUÊS através da DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS é o acionista único da sociedade;
2. Não há acionistas titulares de direitos especiais;
3. Não há restrições em matéria de direito de voto, exceto a que se refere à correspondência de um voto a cada grupo de cem ações;
4. Os membros do Conselho de Administração são nomeados e substituídos nos termos legalmente previstos, cabendo à Assembleia Geral nomear o Conselho de Administração e indicar o Presidente;
5. O Conselho de Administração tem poderes de gestão da sociedade e os estatutos não lhe atribuem competência para deliberar sobre o aumento do capital social;
6. A alteração dos estatutos e o aumento do capital social são competências da Assembleia Geral, sendo que os estatutos da sociedade estabelecem que (i) as deliberações são tomadas por maioria dos votos emitidos, correspondendo um voto a cada grupo de cem ações, e (ii) as deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira quer em segunda convocação.

**ANEXO IV**

Lista a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8º da Instrução n.º 5/2008 de COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS:

- O ESTADO PORTUGUÊS através da DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS, detém 10.000 ações (100% do capital social), 100% dos direitos de voto.



ANEXO V

Artigo 13º do Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e das Empresas Públicas

O Conselho de Administração da sociedade é composto por quatro elementos, sendo um deles designado Presidente.

Prazo de duração do mandato: 2015-2017

MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES (*Presidente*)

FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE (*Vogal*)

BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES (*Vogal*)

BERNARDO XAVIER ALABAÇA (*Vogal*)

Por força do novo regime jurídico do setor público empresarial (NRJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro de 2013, os estatutos sociais foram parcialmente alterados, por deliberação da assembleia geral da Sociedade realizada em 23/07/2014, todavia, a redução para três do número de membros do Conselho de Administração só se aplica a partir do próximo mandato (cf. nº 3 do artigo 73.º do NRJSPE).

A repartição de competências dos membros do Conselho de Administração e as funções exercidas pelos mesmos noutras empresas encontram-se indicadas nos pontos V.B.8 e V.B.9.b. respetivamente do Relatório do Governo Societário.

Durante o exercício de 2016 realizaram-se 46 (quarenta e seis) reuniões do Conselho de Administração.

A DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A. tem a função de "Revisor Oficial de Contas" da PARUPS, S.A..

## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



2.2 Demonstrações dos Resultados Individuais

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em milhares de euros)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Proveitos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	19	8 089	3 299
Outros proveitos operacionais	20	3 101	4 740
Total de proveitos operacionais		<u>11 190</u>	<u>8 039</u>
Custos operacionais:			
Custo das vendas	19	(7 672)	(3 228)
Fornecimentos e serviços externos	21	(501)	(446)
Gastos com o pessoal	22	(135)	(122)
Provisões e perdas por imparidade	23	(6 263)	2 203
Outros custos operacionais	24	(17 135)	(49 478)
Total de custos operacionais		<u>(31 706)</u>	<u>(51 071)</u>
Resultados operacionais		<u>(20 516)</u>	<u>(43 032)</u>
Custos e perdas financeiros	25	(33 960)	(39 938)
Proveitos e ganhos financeiros	26	128	852
Resultado líquido do exercício antes de imposto		<u>(54 348)</u>	<u>(82 118)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	7	-	-
Resultado líquido do exercício		<u>(54 348)</u>	<u>(82 118)</u>
Número médio de acções ordinárias emitidas	11	10 000	10 000
Resultado por acção (milhares de Euros)		(5,43)	(8,21)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2.3 Demonstrações das Alterações no Capital Próprio Individual

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Capital social	Reservas de reavaliação		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
		De justo valor	Por imposto diferido			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	50	8 287	-	8 287	(74 549)	(795 327)
Aplicação do resultado de 2014	-	-	-	(74 549)	74 549	-
Rendimento integral do exercício	-	1 941	-	1 941	(82 118)	(80 177)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	50	10 228	-	10 228	(82 118)	(875 504)
Aplicação do resultado de 2015	-	-	-	(82 118)	82 118	-
Rendimento integral do exercício	-	245	(2 356)	(2 111)	(54 348)	(56 459)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	50	10 473	(2 356)	8 117	(885 782)	(931 963)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2.4 Demonstrações dos Resultados e do outro Rendimento Integral Individual

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

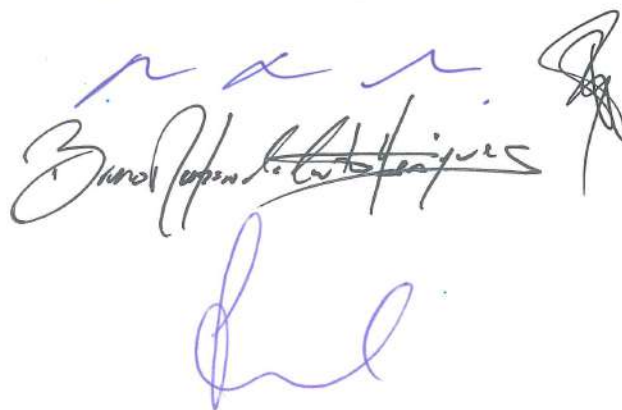
(Montantes expressos em milhares de euros)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado líquido do exercício		(54 348)	(82 118)
Outros investimentos:			
Reavaliação de outros investimentos	4	(2 111)	1 941
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados		(2 111)	1 941
Rendimento integral do exercício		<u>(56 459)</u>	<u>(80 177)</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



2.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais

PARUPS, S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em milhares de euros)

	2016	2015
<b>ATIVIDADE OPERACIONAL</b>		
Recebimentos de clientes	8 060	3 905
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(621)	(627)
Caixa gerada pelas operações	<u>7 439</u>	<u>3 278</u>
Outros (pagamentos) / recebimentos	(631)	(136)
Fluxos da atividade operacional	<u>6 808</u>	<u>3 142</u>
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Outros ativos	-	(9 097)
	<u>-</u>	<u>(9 097)</u>
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	39 516	30 492
Juros obtidos	285	841
Existências	14	-
Dividendos	12	-
	<u>39 827</u>	<u>31 333</u>
Fluxos da atividade de investimento	<u>39 827</u>	<u>22 236</u>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	91 558	83 676
	<u>91 558</u>	<u>83 676</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(74 920)	(140 096)
Outros juros pagos	(16 638)	(23 222)
	<u>(91 558)</u>	<u>(163 318)</u>
Fluxos da atividade de financiamento	<u>-</u>	<u>(79 642)</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa	46 635	(54 264)
Efeito das diferenças de câmbio	43	108
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3 071	57 227
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	49 749	3 071

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



### 3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Parups, S.A. (“Sociedade” ou “Parups”) foi constituída através de escritura pública celebrada em 16 de setembro de 2010, tendo iniciado a sua atividade em 2 de novembro de 2010. A Sociedade tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria, aquisição para a Sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e a respetiva gestão de bens pertencentes à Sociedade, assim como aquisição de imóveis para revenda.

Em dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), entidade atualmente designada por Banco BIC Português, S.A., ao Banco Efisa, S.A. e à BPN Crédito - IFIC, S.A., um conjunto de ativos que se encontravam nos seus balanços em 30 de novembro de 2010, pelo seu valor nominal. No âmbito desta operação, o BPN prestou uma carta-conforto à Sociedade, válida enquanto esta entidade fosse por si detida, garantindo quaisquer danos incorridos por esta, na medida do enriquecimento obtido pelo BPN e pelas suas filiais, na alienação daqueles ativos, motivo pelo qual o Conselho de Administração entendeu não registar quaisquer imparidades nas demonstrações financeiras da Sociedade.

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, operação que se concretizou em fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou durante o exercício de 2011, a integrar o Setor Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN, tendo o Conselho de Administração da Sociedade refletido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento das imparidades para os ativos adquiridos.

Em 9 de dezembro de 2011 foi assinado entre os acionistas do Banco BIC Português, S.A. e o Estado Português um Acordo Quadro relativo à aquisição da totalidade do capital social do BPN, operação que se concretizou em 30 de março de 2012. Decorrente do processo de reprivatização do BPN, a Sociedade adquiriu, durante o exercício de 2012, um conjunto de ativos a esta entidade.

As demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2017 e preparadas para apreciação da Assembleia Geral. O Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos da Sociedade mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), que tenham sido adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à atividade individual da Sociedade, os investimentos em associadas e empresas do grupo encontram-se registados ao custo de aquisição. A Sociedade irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, para publicação em separado.

## 2.2. Adoção de novas normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

A Sociedade utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efetivas a 31 de dezembro de 2016, desde que aprovadas pela União Europeia.

### Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados	01-fev-15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	01-fev-15	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de <i>vesting condition</i> ; IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	01-jan-16	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desreconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – “ <i>Disclosure Initiative</i> ”	01-jan-16	Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: <ul style="list-style-type: none"> <li>• uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas;</li> <li>• informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e</li> <li>• outra informação na quarta secção.</li> </ul>

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis	01-jan-16	Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.
Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	01-jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente
Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas	01-jan-16	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	01-jan-18	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	01-jan-18	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rêdito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rêdito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.

Apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, estas normas não foram adotadas pela Sociedade no exercício de 31 de dezembro de 2016, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	
IFRS 14 – Ativos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a ativos regulados.
Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.
Emendas à IAS 12 – Imposto sobre o rendimento	Estas emendas vêm clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de ativos por impostos resultantes de perdas não realizadas.
Emendas à IAS 7 – Demonstração de fluxos de caixa	Estas emendas vêm introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de atividades de financiamento.
Emendas à IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.
Emendas à IAS 40 – Propriedades de investimento	Estas emendas clarificam que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou joint ventures detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamentos	Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

É entendimento do Conselho de Administração da Sociedade que a adoção das normas e interpretações, acima referidas, não implicarão impactos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

### 2.3. Princípios contabilísticos

Os princípios contabilísticos mais significativos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, foram os seguintes:

#### a) Especialização de exercícios

A Sociedade regista os proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

#### b) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações financeiras em empresas nas quais a Sociedade exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas atividades, denominadas “filiais”. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto, pela exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a

investida e a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos seus resultados.

Inclui ainda as participações financeiras em empresas nas quais a Sociedade exerce um controlo conjunto sobre a sua gestão, denominadas “associadas”. Normalmente, assume-se a existência de controlo conjunto sempre que a participação financeira se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto da associada.

Nos termos da Norma IAS 27 – “Demonstrações Financeiras Separadas” estes investimentos encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade, de acordo com a Norma IAS 36. Quando exista imparidade, o valor de balanço é ajustado pelo montante correspondente à participação no capital próprio das participadas (Nota 3).

c) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Sociedade são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada “moeda funcional”), nomeadamente o Euro. As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

d) Instrumentos financeiros

i. Investimentos

Os investimentos são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

• Investimentos detidos para negociação

Os investimentos detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável, obrigações e outros títulos transacionados em mercados ativos, adquiridos com o objetivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado.

Os investimentos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos investimentos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo

com o método da taxa efetiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Proveitos e ganhos financeiros".

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

- Outros investimentos

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Unidades de participação em fundos de investimento;
- Ações; e
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

Estes investimentos são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capital próprio, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" ou "Provisões e perdas por imparidade", respetivamente.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Proveitos e ganhos financeiros" da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Proveitos e ganhos financeiros" quando é estabelecido o direito da Sociedade ao seu recebimento.

- Justo valor

Conforme acima referido, os investimentos registados na categoria de "Investimentos detidos para negociação" e "Outros investimentos" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de investimentos financeiros é determinado com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;

- Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters incluindo preços de mercado disponíveis em transações recentes; e
- Preços (*bid prices*) indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos.

ii. Imparidade para outros investimentos

Conforme referido na Nota 2.3. i), os outros investimentos são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Imparidade (perdas / reversões)".

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais, originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas, exceto no momento da alienação do ativo.

iii. Outras contas a receber

Os saldos de outras contas a receber são registados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e



outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

e) Existências

As existências encontram-se valorizadas ao menor do custo de aquisição ou valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda deduzido dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

f) Impostos sobre lucros

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos ativos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis no futuro. As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Sociedade correspondem à valorização da carteira de outros investimentos, cujas mais valias são registadas por contrapartida de capital próprio (reservas de reavaliação).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Em 31 de Dezembro de 2016, a Sociedade utilizou para o cálculo dos impostos diferidos uma taxa de 22,5%.

g) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências diversas da Sociedade e encontram-se descritas na Nota 13.

2.4. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

Continuidade de operações

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de dezembro de 2016, apresentam capitais próprios negativos no montante de 931.963 m.euros, o que põem em causa e determina aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), anterior acionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, operação que se concretizou em fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Setor Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, e o Estado Português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionadas com a Sociedade. Desta forma, a capacidade da Sociedade se manter em continuidade está dependente da manutenção do apoio financeiro do Estado Português, sendo convicção do Conselho de Administração da Sociedade que este apoio será mantido.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Sociedade valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Na Nota 29 – Divulgações relativas a instrumentos financeiros, na secção “Justo valor”, é apresentado um resumo das fontes utilizadas pela Sociedade no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

Ativos por impostos diferidos não registados

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos ativos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

**3. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS**

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Instrumentos de capital	4.379	4.379
Suprimentos	5.856	5.856
	<u>10.235</u>	<u>10.235</u>
Imparidade (Nota 23)		
. Instrumentos de capital	(4.379)	(4.379)
. Suprimentos	(5.856)	(5.856)
	<u>(10.235)</u>	<u>(10.235)</u>
	-	-

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Instrumentos de capital” apresenta o seguinte detalhe:

	Participação direta	2016 e 2015		
		Valor de balanço	Imparidade	Valor líquido
<u>No país</u>				
Calzeus - Calçado e Acessórios	89,91%	1.829	(1.829)	-
PayUp Desenvolvimento de Negócios, S.A.	66,66%	1.500	(1.500)	-
PayUp Holding B.V.	19,50%	488	(488)	-
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	26,11%	400	(400)	-
		<u>4.217</u>	<u>(4.217)</u>	<u>-</u>
<u>No estrangeiro</u>				
Tecneira Moçambique, S.A.	60,00%	162	(162)	-
		<u>4.379</u>	<u>(4.379)</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Suprimentos” apresenta o seguinte detalhe:

	2016 e 2015		
	Valor de balanço	Imparidade	Valor líquido
<u>No país</u>			
PayUp Desenvolvimento de Negócios, S.A.	1.900	(1.900)	-
Calzeus - Calçado e Acessórios	255	(255)	-
	<u>2.155</u>	<u>(2.155)</u>	<u>-</u>
<u>No estrangeiro</u>			
Tecneira Moçambique, S.A.	3.701	(3.701)	-
	<u>5.856</u>	<u>(5.856)</u>	<u>-</u>

Os suprimentos concedidos a estas entidades não são remunerados e não têm prazo de reembolso definido.

Em virtude das empresas associadas e subsidiárias se encontrarem maioritariamente em processo de insolvência ou liquidação não se encontram disponíveis dados financeiros atualizados das mesmas.

4. OUTROS INVESTIMENTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016				2015			
	Valor bruto	Imparidade (Nota 23)	Valor líquido	Reserva de reavaliação (Nota 12)	Valor bruto	Imparidade (Nota 23)	Valor líquido	Reserva de reavaliação (Nota 12)
<b>Instrumentos de dívida</b>								
De outros emissores nacionais	31.127	(28.363)	2.764	814	31.127	(28.363)	2.764	1.050
De outros emissores internacionais	6.503	(3.569)	2.934	913	7.392	(4.074)	3.318	1.500
	<u>37.630</u>	<u>(31.932)</u>	<u>5.698</u>	<u>1.727</u>	<u>38.519</u>	<u>(32.437)</u>	<u>6.082</u>	<u>2.550</u>
<b>Instrumentos de capital</b>								
Unidades de participação	682.832	(268.491)	414.341	5.717	707.529	(254.449)	453.080	2.995
Ações	9.168	(6.282)	2.886	673	27.589	(15.401)	12.188	4.683
	<u>692.000</u>	<u>(274.773)</u>	<u>417.227</u>	<u>6.390</u>	<u>735.118</u>	<u>(269.850)</u>	<u>465.268</u>	<u>7.678</u>
	<u>729.630</u>	<u>(306.705)</u>	<u>422.925</u>	<u>8.117</u>	<u>773.637</u>	<u>(302.287)</u>	<u>471.350</u>	<u>10.228</u>
<b>Suprimentos concedidos</b>								
	275	(275)	-	-	275	(275)	-	-
	<u>729.905</u>	<u>(306.980)</u>	<u>422.925</u>	<u>8.117</u>	<u>773.912</u>	<u>(302.562)</u>	<u>471.350</u>	<u>10.228</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Instrumentos de dívida – De outros emissores nacionais” inclui, essencialmente, obrigações emitidas pelo veículo de titularização Chaves SME CLO nº. 1, repartidas em diferentes classes de senioridade, cujo montante ascende a 25.213 m.euros. A Sociedade dispõe de imparidade para a totalidade destas obrigações, registada na rubrica “Imparidade para instrumentos de dívida”.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Instrumentos de capital – Unidades de participação” inclui unidades de participação de quatro fundos de investimento imobiliário geridos por uma entidade do Grupo PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A. cujo valor líquido contabilístico ascende a 396.234 m.euros e 434.844 m.euros, respetivamente.

Os títulos classificados nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo I.

5. EXISTÊNCIAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016			2015		
	Valor bruto	Imparidade (Nota 23)	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade (Nota 23)	Valor líquido
Imóveis	45.259	(29.143)	16.116	67.064	(41.556)	25.508
Obras de arte	16.939	(5.910)	11.029	17.060	(5.911)	11.149
Moedas comemorativas	-	-	-	53	-	53
	<u>62.198</u>	<u>(35.053)</u>	<u>27.145</u>	<u>84.177</u>	<u>(47.467)</u>	<u>36.710</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe das rubricas “Imóveis” e “Imparidade – Imóveis” é o seguinte:

Imóvel	2016					
	Valor de escritura	Imposto Municipal (IMT)	Imposto do Selo	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Herdade das Praias	2.465	-	29	2.494	-	2.494
Estrada Interior da Circunvalação	9.216	599	74	9.889	(9.171)	718
Rua das Areias, 24	3.633	267	33	3.933	(2.934)	999
Avenida de Brasil, Lote 26	1.300	78	10	1.388	(611)	777
Zona Industrial de Giesteira e Assequins	1.080	70	9	1.159	(545)	614
Rua das Buganvilias, nº25	1.453	87	12	1.552	(1.001)	551
Zona industrial da Barreira	1.704	111	14	1.829	(1.517)	312
Avenida do Ultramar	431	28	3	462	(152)	310
Lugar do Barranquinho	300	13	2	315	(28)	287
	<u>21.582</u>	<u>1.253</u>	<u>186</u>	<u>23.021</u>	<u>(15.959)</u>	<u>7.062</u>
Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 300 mEuros	<u>20.855</u>	<u>1.205</u>	<u>178</u>	<u>22.238</u>	<u>(13.184)</u>	<u>9.054</u>
	<u>42.437</u>	<u>2.458</u>	<u>364</u>	<u>45.259</u>	<u>(29.143)</u>	<u>16.116</u>

Imóvel	2015					
	Valor de escritura	Imposto Municipal (IMT)	Imposto do Selo	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Herdade das Praias	2.465	-	29	2.494	-	2.494
Rua D. João I	3.966	258	32	4.256	(2.156)	2.100
Largo Dr. Eugénio de Almeida nº 1-4	4.950	322	40	5.312	(4.004)	1.308
Avenida de Brasil, Lote 26	1.300	78	10	1.388	(352)	1.036
Av. André Jordan, Lote AL10	1.308	-	17	1.325	(306)	1.019
Rua das Areias, 24	3.633	267	34	3.934	(2.933)	1.001
Estrada Interior da Circunvalação	9.216	599	74	9.889	(9.172)	717
Rua Álvares Cabral	2.362	145	19	2.526	(1.842)	684
Zona Industrial de Giesteira e Assequins	1.080	70	9	1.159	(545)	614
Rua das Buganvílias, nº 25	1.453	87	12	1.552	(1.002)	550
Rua da Liberdade	2.658	173	21	2.852	(2.392)	460
Avenida do Ultramar	431	28	3	462	(90)	372
Lugar do Barranquinho	300	13	2	315	-	315
Zona industrial da Barreira	1.704	111	13	1.828	(1.517)	311
	36.826	2.151	315	39.292	(26.311)	12.981
Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 300 mEuros	26.058	1.495	219	27.772	(15.245)	12.527
	62.884	3.646	534	67.064	(41.556)	25.508

A rubrica “Imparidade para existências - imóveis” diz respeito à imparidade registada para imóveis adquiridos pela Sociedade, apurada, essencialmente, com base em avaliações de peritos avaliadores (Nota 23).

Durante o exercício de 2016, a entidade procedeu à alienação de 26 imóveis pelo valor de venda total de 8.026 m.euros (Nota 19), tendo resultado num proveito de 529 m.euros, conforme detalhado de seguida:

Imóvel	2016			
	Valor de venda	Custo da venda	Proveito/ (Custo)	Utilização de imparidade (Nota 23)
Rua D. João I	2.100	2.100	-	(2.156)
Largo Dr. Eugénio de Almeida nº 1-4	1.175	1.308	(133)	(4.004)
Av. André Jordan, Lote AL10	1.020	1.020	-	(306)
Rua Álvares Cabral	700	684	16	(1.842)
Vilar do paraíso	474	14	460	(779)
Rua da Liberdade	410	460	(50)	(2.392)
Av. Dr. Magalhães Lemos Margaride	345	224	121	(927)
Outros imóveis cujo valor de venda foi inferior a 300 mEuros	1.802	1.687	115	(1.903)
	8.026	7.497	529	(14.309)

Em 31 de dezembro de 2016 existem sete imóveis, no montante líquido de 4.303 m.euros, para aos quais já foram assinados contratos promessa de compra e venda, tendo os respetivos compradores efetuado adiantamentos, no montante de 2.993 m.euros registados na rubrica “Outros passivos – Adiantamentos por conta de vendas” (Nota 18). Em 31 de dezembro de 2016, os referidos imóveis encontram-se registados pelo seu valor estimado de vendá, os quais detalham-se abaixo:

Imóvel	2016						
	Valor de aquisição	Imparidade	Valor Líquido	Valor de avaliação	Data de avaliação	Valor de venda	Adiantamentos de vendas
Herdade das Praias	2 494	-	2 494	4 010	12/12/2013	4 010	2 205
Rua das Buganvílias, nº25	1 552	(1 001)	551	550	12/01/2017	550	550
Estrada Interior da Circunvalação	9 889	(9 171)	718	800	19/06/2016	800	80
Rua de Real nº 60 e nº 74	128	(56)	72	72	14/07/2015	72	72
Rua do Pinhal, n.º 175	494	(330)	164	175	16/01/2017	175	52
Av. Conselheiro José Maria Alpoim, 525	628	(388)	240	240	20/06/2016	240	24
Rua Moínho do Gato, n.º 30	243	(178)	65	65	26/06/2015	65	10
	15 428	(11 124)	4 304	5 912		5 912	2 993

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Obras de arte” inclui, essencialmente, obras de arte do pintor Joan Miró, adquiridas ao BPN durante o exercício de 2012, no âmbito do seu processo de reprivatização. A Sociedade tem registadas perdas por imparidade, no montante de 5.577 m.euros, para estes ativos, apurada a partir da média entre o valor máximo e o valor mínimo de venda estimado por um avaliador internacional independente. Estas obras de arte

encontram-se expostas na casa de Serralves e a Sociedade tenciona vender as mesmas no exercício de 2017 (Nota 30).

6. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Outras Contas a Receber:		
Banco BIC Português, S.A.	2.763	2.763
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	11	11
Clientes	343	337
Outras contas a receber	850	92
Adiantamentos a fornecedores	77	71
	<u>4.044</u>	<u>3.274</u>
Imparidade Outras Contas a Receber (Nota 23):		
Banco BIC Português, S.A.	(1.577)	(1.519)
Clientes	(336)	(336)
	<u>(1.913)</u>	<u>(1.855)</u>
	<u>2.131</u>	<u>1.419</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor a receber do Banco BIC Português, S.A. diz respeito a um adiantamento efetuado pela Sociedade para aquisição de imóveis detidos por aquela entidade e que aguardam a realização de escritura. Este montante corresponde ao valor líquido contabilístico destes imóveis em 29 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2016 encontram-se registadas perdas por imparidade, no montante de 1.577 m.euros, para fazer face a perdas com estes imóveis, apuradas com base em avaliações de peritos independentes.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor a receber registado na rubrica “Fundo Capital de Risco do Banco Efisa” diz respeito a saldos que aquele fundo tinha a receber e que, na sequência da sua liquidação, foram distribuídos pelos seus participantes.

7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Estado e outros entes públicos - ativo</u>		
Pagamento especial por conta	59	51
IMT - valores a receber	43	43
Retenções na fonte	27	239
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	51
	<u>129</u>	<u>384</u>
<u>Estado e outros entes públicos - passivo</u>		
Contribuições para a Segurança Social	3	3
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	2	1
	<u>5</u>	<u>4</u>

A Sociedade esteve sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2015 e 2014 foi de 22,5% e 24,5%, respetivamente. Adicionalmente, nos termos do artigo 87<sup>a</sup>-A do Código do IRC, o lucro tributável está sujeito a derrama estadual, de acordo com os seguintes intervalos: (i) entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros, de 3%; (ii) entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros, de 5%; e (iii) superior a 35.000.000 euros, de 7%.

Adicionalmente, algumas despesas incorridas pela Sociedade são tributadas autonomamente em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) ou pelo prazo de reporte dos prejuízos fiscais existentes. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2010 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme referido na Nota 1, em dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao BPN, ao Banco Efisa, S.A. e à BPN Crédito – IFIC, S.A., um conjunto de ativos que se encontravam nos balanços dessas entidades em 30 de novembro de 2010, pelo seu valor nominal. Atendendo às regras em vigor, para efeitos fiscais, a operação de compra deve ser reconhecida pelo respetivo valor de mercado. Assim, na data em que os ativos em apreço saírem do seu balanço, total ou parcialmente (momento esse em que serão realizados os impactos fiscais definitivos na demonstração de resultados quer por via de mais valias ou perdas assumidas), para efeitos do apuramento dos ganhos ou perdas fiscais, a Sociedade deverá considerar como valor de aquisição o respetivo valor de mercado à data da operação inicial (30 de novembro de 2010).

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis (“PFR”) apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados no período de tributação de 2012, de quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores). Adicionalmente, de acordo com o enquadramento legal em vigor, a dedução dos PFR encontra-se limitada a 70% do lucro tributável em cada ano.

De acordo com o “IAS 12 – Impostos sobre lucros”, os impostos diferidos ativos devem ser registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Nos exercícios de 2016 e 2015, a sociedade não apura lucro tributável nem tributações autónomas, conseqüentemente o saldo de imposto sobre o rendimento do exercício é nulo.

A Sociedade não reconheceu ativos por impostos diferidos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

**8. INVESTIMENTOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Título	Quantidade	2016		
		Cotação unitária	Valor de aquisição	Valor de balanço
Inapa - Investimentos e Participações, S.A.	1.000.000	0,111	920	111

Título	Quantidade	2015		
		Cotação unitária	Valor de aquisição	Valor de balanço
Inapa - Investimentos e Participações, S.A.	1.000.000	0,105	920	105

9. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2015, o valor desta rubrica refere-se a um Certificado Especial de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), no montante de 9.520 m.euros, emitido pelo IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), o qual é remunerado à taxa anual nominal de 0,01% e tem o seu reembolso em 8 de abril de 2016.

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos à ordem		
IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	48.921	-
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	523	602
Banco BIC Português, S.A.	298	2.461
Outros	7	8
	<u>49.749</u>	<u>3.071</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os depósitos à ordem constituídos não são remunerados.

11. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, estando representado por dez mil ações com o valor nominal de cinco Euros cada uma, sendo detidas na sua totalidade pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, embora apresentem capital próprio negativo no montante de 931.963 m.euros nesta data, o que determina a aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do BPN, acionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Setor Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais e o Estado Português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionadas com a Sociedade. Desta forma, a capacidade da Sociedade se manter em continuidade está dependente da manutenção do apoio financeiro do Estado Português, sendo convicção do Conselho de Administração da Sociedade que este apoio será mantido.

12. RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

As rubricas reservas de reavaliação, resultados transitados e resultado líquido, têm a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reservas de reavaliação (Nota 4)		
· Reserva de justo valor	10.473	10.228
· Reserva por imposto diferido	(2.356)	-
	<u>8.117</u>	<u>10.228</u>
Resultados transitados	(885.782)	(803.664)
Resultado líquido do exercício	(54.348)	(82.118)
	<u>(932.013)</u>	<u>(875.554)</u>



Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Reservas de reavaliação” diz respeito às mais e menos valias potenciais, relativas à carteira de títulos classificadas na rubrica como “Outros investimentos” (Nota 4).

### 13. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o montante de provisões é referente:

	2016	2015
Provisões Imoglobal	77	77
Processos judiciais em curso	17	17
	<u>94</u>	<u>94</u>

No dia 23 de fevereiro de 2015, foi celebrada a Escritura de dissolução, liquidação e partilha do Fundo Imoglobal, entre a IMOFUNDOS, SGFII, S.A. sociedade gestora do Fundo, e a Parups, através da qual foi deliberado por unanimidade proceder à aprovação do balanço final elaborado para efeitos de liquidação e partilha imediata do Fundo. Deste modo, o montante registado na rubrica “Provisões Imoglobal”, diz respeito às provisões que se encontravam registadas no Fundo Imoglobal e que integraram o balanço da Parups (Nota 23).

No exercício de 2015, a Sociedade registou na rubrica “Provisões para processos judiciais em curso” uma provisão, no montante de 17 m.euros, para fazer face às responsabilidades que lhe podem vir a ser imputadas, decorrente de um processo judicial instaurado pela Direção-Geral do Património Cultural, naquele montante (Nota 23).

### 14. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica corresponde a um empréstimo obrigacionista, emitido pela Sociedade em 30 de dezembro de 2010. Estas obrigações foram integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., apresentam garantia do Estado Português e encontram-se admitidas a negociação na Euronext Lisbon e apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
<b>Passivo não corrente:</b>		
Obrigações em circulação	307.170	389.582
Juros a pagar	34	43
Comissão de garantia a pagar	3	3
	<u>307.207</u>	<u>389.628</u>
<b>Passivo corrente:</b>		
Obrigações em circulação	82.412	74.920
	<u>389.619</u>	<u>464.548</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as principais condições desta emissão são as seguintes:

Obrigações	Valor nominal unitário	Quantidade	Montante 31-12-2016	Montante 31-12-2015	Data de reembolso	Remuneração	Taxa de Juro nominal a 31-12-2016	Taxa de Juro nominal a 31-12-2015	Cláusula de reembolso antecipado
Parups	50.000	14.557	389.582	464.502	30-12-2020	Euribor 12M + 3,25%	3,168%	3,310%	“Call Option”, total ou parcial, por redução ao valor nominal das obrigações, a partir da 2ª data de pagamento de juros (inclusive).

Em 31 de dezembro de 2016, a parcela do empréstimo obrigacionista classificada em passivo corrente respeita ao reembolso previsto a ser efetuado no exercício de 2017, o qual corresponde a uma amortização de 11,32% do valor nominal inicial de 727.850 m.euros.

15. OUTROS FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica inclui os seguintes montantes:

	2016	2015
<u>Passivo não corrente</u>		
Financiamento obtido - DGTF	908.442	816.884
Juros a pagar - DGTF	59.666	42.375
Financiamento obtido - Parvalorem	35.000	30.625
	<u>1.003.108</u>	<u>889.884</u>
<u>Passivo corrente</u>		
Financiamento obtido - DGTF	-	4.375
	<u>1.003.108</u>	<u>894.259</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os financiamentos obtidos apresentam as seguintes condições:

Entidade	Data de início / Aditamento	Montante contratado	Saldos em 31-12-2016			Vencimento	Reembolso	Taxa de juro nominal em 31-12-2016
			Capital em dívida	Juros	Total			
DGTF	02-12-2014	6.325	6.325	1.677	8.002	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	5,49%
DGTF	02-12-2014	279.732	279.732	31.912	311.644	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	2,79%
DGTF	02-12-2014	200.000	200.000	16.468	216.468	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	2,36%
DGTF	02-12-2014	83.190	83.190	3.559	86.749	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	1,39%
DGTF	02-12-2014	68.900	68.900	2.546	71.446	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2019	1,40%
DGTF	29-12-2014	95.061	95.061	2.904	97.965	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	1,50%
DGTF	29-12-2015	83.676	83.676	596	84.272	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	0,70%
DGTF	28-12-2016	91.558	91.558	6	91.564	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	0,82%
Parvalorem, S.A.	07-06-2016	35.000	35.000	-	35.000	22-06-2018	Dívida integralmente reembolsada no vencimento	0,00%
		<u>943.442</u>	<u>943.442</u>	<u>59.666</u>	<u>1.003.108</u>			

Entidade	Data de início / Aditamento	Montante contratado	Saldos em 31-12-2015			Vencimento	Reembolso	Taxa de juro nominal em 31-12-2015
			Capital em dívida	Juros	Total			
DGTF	02-12-2014	6.325	6.325	1.324	7.649	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	5,49%
DGTF	02-12-2014	279.732	279.732	23.977	303.709	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	2,79%
DGTF	02-12-2014	200.000	200.000	11.669	211.669	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	2,36%
DGTF	02-12-2014	83.190	83.190	2.383	85.573	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	1,39%
DGTF	02-12-2014	68.900	68.900	1.565	70.465	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2019	1,40%
DGTF	29-12-2014	95.061	95.061	1.454	96.515	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	1,50%
DGTF	29-12-2015	83.676	83.676	3	83.679	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	0,70%
Parvalorem, S.A.	18-12-2014	35.000	35.000	-	35.000	22-03-2022	Primeira prestação trimestral de capital vence a 22 de junho de 2016	0,00%
		<u>851.884</u>	<u>851.884</u>	<u>42.375</u>	<u>894.259</u>			

Nos exercícios de 2015 e 2016 foram concedidos à Sociedade empréstimos pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e das Finanças (DGTF), nos montantes globais de 83.676 m.euros e 91.558 m.euros, respetivamente. Estes financiamentos foram concedidos com a finalidade de amortização do empréstimo contraído junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e amortização parcial do empréstimo obrigacionista. Os financiamentos serão reembolsados em duas prestações, nas datas de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.

Em 29 de março de 2012 foi celebrada a cessão de crédito entre o BPN e a Parvalorem, S.A. e das respetivas garantias, do financiamento contratado em março de 2012 com esta entidade, pelo valor de 35.000 m.euros. Decorrente do aditamento celebrado em 7 de julho de 2016, o atual financiamento não é remunerado e apenas será reembolsado no seu vencimento em 22 de junho de 2018.

#### 16. ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica diz respeito a um adiantamento efetuado pelo Estado Português à Sociedade no montante de 35.193 m.euros, que não foi objeto de formalização.

#### 17. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade registou o montante de 2.356 m.euros de passivos por impostos diferidos nas demonstrações financeiras, em virtude das mais-valias dos outros investimentos (Nota 4) registadas na rubrica de reserva de justo valor (Nota 12).

#### 18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 5)	2.993	3.192
Encargos com pessoal a pagar	17	19
Proveitos diferidos - renda de imóveis	-	7
Outros custos a pagar	746	733
	<u>3.756</u>	<u>3.951</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Adiantamentos por conta de vendas” inclui os montantes adiantados por clientes para a aquisição de imóveis (Nota 5).

#### 19. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CUSTOS DAS VENDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Vendas:</u>		
Imóveis (Nota 5)	8.026	3.299
Obras de arte e outras mercadorias	63	-
	<u>8.089</u>	<u>3.299</u>
<u>Custo das vendas:</u>		
Imóveis	7.497	3.228
Obras de arte e outras mercadorias	175	-
	<u>7.672</u>	<u>3.228</u>

20. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Ganhos em alienações de títulos	1.974	393
Ganhos cambiais	598	1.934
Juros recebidos de instrumentos de dívida	328	454
Rendas de imóveis	134	163
Outros rendimentos e ganhos	67	39
Correcções relativas a períodos anteriores	-	1.757
	<u>3.101</u>	<u>4.740</u>

No exercício de 2016 e 2015, a rubrica “Ganhos em alienações de títulos” correspondem às mais valias obtidas, decorrente da venda de títulos, representada pelos seguintes detalhes:

	2016		
	Custo de aquisição	Valor de venda	Mais valia
VISA INC - CLASS C	200	2.142	1.942
Investment Circle	3	34	31
The Fine Art Fund II L.P	62	63	1
	<u>265</u>	<u>2.239</u>	<u>1.974</u>

	2015		
	Custo de aquisição	Valor de venda	Mais valia
Obrig. de Caixa Subordinadas 2005	143	443	300
The Fine Art Fund L.P	30	119	89
The Fine Art Fund II L.P	99	103	4
	<u>272</u>	<u>665</u>	<u>393</u>

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Trabalhos especializados		
. Advogados	53	22
. Auditores	40	49
. Inspeções e avaliações	15	15
. Outros	259	214
Serviços diversos	74	98
Conservação e reparação de imóveis	26	20
Vigilância e segurança	4	5
Honorários	2	2
Outros	28	21
	<u>501</u>	<u>446</u>

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica “Trabalhos especializados – Auditores” inclui o montante de 38 m.euros, relativos aos honorários totais faturados pelo Revisor Oficial de Contas durante os exercícios de 2016 e 2015, respeitantes integralmente à revisão legal das contas, divulgado para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica “Trabalhos especializados – Outros” inclui essencialmente os custos associados à subcontratação de serviços de administração de imóveis por entidades externas.

22. GASTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	106	99
Encargos sobre remunerações	29	23
	<u>135</u>	<u>122</u>

A Sociedade não tem quadro de pessoal, excetuando órgãos sociais, sendo os serviços administrativos assegurados, na sua maioria, por diversas áreas funcionais da entidade do grupo Parvalorem, S.A..

23. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

O movimento ocorrido nestas rubricas nos exercícios de 2016 e 2015 apresenta o seguinte detalhe:

	2016					Saldo em 31-12-2016
	Saldo em 31-12-2015	Reforços	Reposições e anulações	Outros	Utilizações	
Imparidade para investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 3)	10.235	-	-	-	-	10.235
Imparidade para outros investimentos (Nota 4)	302.562	24.512	(20.202)	108	-	306.980
Imparidade para existências (Nota 5)	47.467	1.895	-	-	(14.309)	35.053
Imparidade para outras contas a receber (Nota 6)	1.855	58	-	-	-	1.913
Provisões (Nota 13)	94	-	-	-	-	94
	<u>362.213</u>	<u>26.465</u>	<u>(20.202)</u>	<u>108</u>	<u>(14.309)</u>	<u>354.275</u>

	2015					Saldo em 31-12-2015
	Saldo em 31-12-2014	Reforços	Reposições e anulações	Outros	Utilizações	
Imparidade para investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 3)	10.235	-	-	-	-	10.235
Imparidade para outros investimentos (Nota 4)	308.715	41.712	(47.922)	57	-	302.562
Imparidade para existências (Nota 5)	51.824	2.791	(320)	-	(6.828)	47.467
Imparidade para outras contas a receber (Nota 6)	336	1.519	-	-	-	1.855
Provisões (Nota 13)	-	17	-	77	-	94
	<u>371.110</u>	<u>46.039</u>	<u>(48.242)</u>	<u>134</u>	<u>(6.828)</u>	<u>362.213</u>

No exercício de 2016 e 2015, as utilizações de imparidade respeitam à alienação de 26 e 102 imóveis, respetivamente (Nota 5).

As reversões de imparidade, efetuadas no decurso do exercício de 2016, na rubrica “Imparidade para outros investimentos”, no montante de 20.202 m.euros, dizem essencialmente respeito à reversão da imparidade constituída para o investimento financeiro no fundo de investimento imobiliário Imoreal, no montante de 10.091 m.euros e nas ações da Controlauto, no montante de 8.528 m.euros, o qual foi liquidado no decurso do corrente exercício. De referir que o impacto líquido do total das reversões de imparidade, no resultado do exercício de 2016, foi positivo em 4.015 m.euros (ver também Nota 24).

As reversões de imparidade, efetuadas no decurso do exercício de 2015, na rubrica “Imparidade para outros investimentos”, no montante de 47.922 m.euros, dizem essencialmente respeito à reversão da imparidade constituída para o investimento financeiro no fundo de investimento imobiliário Imoglobal, no montante de 46.897 m.euros, o qual foi liquidado no decurso do corrente exercício. De referir que o impacto líquido desta operação, no resultado do exercício de 2015, foi negativo em 34 m.euros (ver também Nota 24).

#### 24. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Perdas em alienações de títulos	16.187	47.654
Perdas cambiais	494	1.360
Impostos	417	129
Outras perdas	30	-
Juros compensatórios	7	-
Outros gastos e perdas	-	13
Quebras	-	322
	<u>17.135</u>	<u>49.478</u>

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica “Perdas em alienações de títulos” corresponde às menos valias obtidas decorrente da venda de títulos, representada maioritariamente pelo seguinte detalhe:

	2016		
	Custo de aquisição	Valor de venda	Menos valia
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imoreal	28.819	19.054	9.765
Controlauto	12.741	7.250	5.491
Technopark Holdings Limited	1.497	647	850
Outros	600	518	81
	<u>43.657</u>	<u>27.469</u>	<u>16.187</u>

	2015		
	Custo de aquisição	Valor de venda	Menos valia
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imoglobal	74.747	27.818	46.929
Phoenix CLO II, LTD - Class 3 Combination Note	1.517	1.161	356
LON&CAP REAL ESTATE FUND	303	87	216
The Infrastructure and Growth Capital Fund, L.P.	584	490	94
Outros	207	148	59
	<u>77.358</u>	<u>29.704</u>	<u>47.654</u>

#### 25. CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Juros e encargos similares</u>		
· Empréstimo obrigacionista	15.623	21.916
· Outros empréstimos	18.283	17.935
	<u>33.906</u>	<u>39.851</u>
<u>Perdas em investimentos detidos para negociação</u>		
· Instrumentos de capital	54	87
	<u>33.960</u>	<u>39.938</u>

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica “Juros e encargos similares – Empréstimos obrigacionista” inclui os montantes de 942 m.euros e 1.225 m.euros, respetivamente, relativos à comissão de garantia devida ao Estado Português pela emissão do empréstimo obrigacionista pela Sociedade.

26. PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Dividendos de instrumentos financeiros	12	423
Juros de aplicações financeiras	53	386
Ganhos de instrumentos financeiros detidos para negociação	59	42
Outros	4	1
	<u>128</u>	<u>852</u>

27. RELATO POR SEGMENTOS

A distribuição dos principais ativos, passivos e rubricas de resultados por linha de negócio e mercados geográficos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é a seguinte:

Linhas de negócio

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a atividade da Sociedade corresponde integralmente à gestão de investimentos financeiros e de imóveis.

Mercados Geográficos

	2016					Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	África	Outros	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	412.514	2.126	5.458	854	1.973	422.925
Investimentos detidos para negociação	111	-	-	-	-	111
Caixa e equivalentes de caixa	49.749	-	-	-	-	49.749
Outros	29.405	-	-	-	-	29.405
Ativo líquido total	<u>491.779</u>	<u>2.126</u>	<u>5.458</u>	<u>854</u>	<u>1.973</u>	<u>502.190</u>
Empréstimos obrigacionistas	389.619	-	-	-	-	389.619
Outros financiamentos obtidos	1.003.108	-	-	-	-	1.003.108
Outros	39.070	-	-	-	-	39.070
Passivo Total	<u>1.431.797</u>	-	-	-	-	<u>1.431.797</u>

	2015					Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	África	Outros	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	458.729	3.550	5.378	864	2.829	471.350
Investimentos detidos para negociação	105	-	-	-	-	105
Caixa e equivalentes de caixa	3.071	-	-	-	-	3.071
Outros	38.513	-	-	-	-	38.513
Ativo líquido total	<u>509.938</u>	<u>3.550</u>	<u>5.378</u>	<u>864</u>	<u>2.829</u>	<u>522.559</u>
Empréstimos obrigacionistas	464.548	-	-	-	-	464.548
Outros financiamentos obtidos	894.259	-	-	-	-	894.259
Outros	39.256	-	-	-	-	39.256
Passivo Total	<u>1.398.063</u>	-	-	-	-	<u>1.398.063</u>

	2016					Total	
	Portugal	Resto da União Europeia		América do Norte	África		Outros
Vendas e prestações de serviços	8.089	-	-	-	-	8.089	
Outros proveitos operacionais	3.101	-	-	-	-	3.101	
Custo das vendas	(7.672)	-	-	-	-	(7.672)	
Fornecimentos e serviços externos	(501)	-	-	-	-	(501)	
Custos com pessoal	(135)	-	-	-	-	(135)	
Perdas por imparidade	(6.874)	507	-	-	104	(6.263)	
Outros custos operacionais	(17.135)	-	-	-	-	(17.135)	
	<b>(21.127)</b>	<b>507</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>104</b>	<b>(20.516)</b>	
Proveitos e ganhos financeiros	128	-	-	-	-	128	
Custos e perdas financeiras	(33.960)	-	-	-	-	(33.960)	
	<b>(54.959)</b>	<b>507</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>104</b>	<b>(54.348)</b>	

	2015					Total	
	Portugal	Resto da União Europeia		América do Norte	África		Outros
Vendas e prestações de serviços	3.299	-	-	-	-	3.299	
Outros proveitos operacionais	4.740	-	-	-	-	4.740	
Custo das vendas	(3.228)	-	-	-	-	(3.228)	
Fornecimentos e serviços externos	(446)	-	-	-	-	(446)	
Custos com pessoal	(122)	-	-	-	-	(122)	
Perdas por imparidade	1.579	24	-	-	600	2.203	
Outros custos operacionais	(49.478)	-	-	-	-	(49.478)	
	<b>(43.656)</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>600</b>	<b>(43.032)</b>	
Proveitos e ganhos financeiros	852	-	-	-	-	852	
Custos e perdas financeiras	(39.938)	-	-	-	-	(39.938)	
	<b>(82.742)</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>600</b>	<b>(82.118)</b>	

## 28. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são consideradas entidades relacionadas da Sociedade, o seu acionista, as suas participadas, a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), as outras entidades pertencentes ao Estado Português e os órgãos de gestão da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo participações financeiras:

	2016					Total
	DGTF	CGD	Pervalorem	Outras entidades pertencentes ao Estado	Órgãos sociais	
<b>Ativo:</b>						
Estado e outros entes públicos (Nota 7)	-	-	-	129	-	129
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	-	523	-	48.921	-	49.444
	-	523	-	49.050	-	49.573
<b>Passivo:</b>						
Estado e outros entes públicos (Nota 7)	-	-	-	5	-	5
Empréstimos obrigacionistas (Nota 14)	-	389.616	-	-	-	389.616
Outros financiamentos obtidos (Nota 15)	968.108	-	35.000	-	-	1.003.108
Acionistas (Nota 16)	-	-	-	-	-	-
	968.108	389.616	35.000	5	-	1.392.729
<b>Custos:</b>						
Custos e perdas financeiros (Nota 25)	(17.338)	(15.623)	-	-	-	(32.961)
Custos com pessoal (Nota 22)	-	-	-	-	110	110
<b>Proveitos:</b>						
Proveitos e ganhos financeiros (Nota 26)	-	-	-	53	-	53
	<b>950.770</b>	<b>374.516</b>	<b>35.000</b>	<b>49.108</b>	<b>110</b>	<b>1.409.504</b>



	2015					Total
	DGTF	CGD	Parvalorem	Outras entidades pertencentes ao Estado	Órgãos sociais	
<b>Ativo:</b>						
Estado e outros entes públicos (Nota 7)	-	-	-	384	-	384
Outros ativos (Nota 9)	-	-	-	9.520	-	9.520
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	-	602	-	-	-	602
	-	602	-	9.904	-	10.506
<b>Passivo:</b>						
Estado e outros entes públicos (Nota 7)	-	-	-	4	-	4
Empréstimos obrigacionistas (Nota 14)	-	464.548	-	-	-	464.548
Outros financiamentos obtidos (Nota 15)	859.259	-	35.000	-	-	894.259
Acionistas (Nota 16)	35.193	-	-	-	-	35.193
	894.452	464.548	35.000	4	-	1.394.004
<b>Custos:</b>						
Custos e perdas financeiros (Nota 25)	(17.935)	(21.916)	-	-	-	(39.851)
Custos com pessoal (Nota 22)	-	-	-	-	99	99
<b>Proveitos:</b>						
Proveitos e ganhos financeiros (Nota 26)	-	-	-	361	-	361
	876.517	443.234	35.000	10.269	99	1.365.119

## 29. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A preparação das divulgações relativas a instrumentos financeiros apresenta limitações decorrentes da falta de qualidade da informação de base. Neste contexto, as informações apresentadas refletem o esforço desenvolvido pela Sociedade face às limitações existentes.

### Políticas de gestão do risco

#### Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e no capital próprio de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. Incorre-se na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da atividade, se contratam operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

O desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação em 2016 e 2015, é apresentado no quadro seguinte:

	2016							Total
	Datas de Refixação / Datas de Maturidade							
	< = 7 Dias	> 7 Dias < = 1 Mês	> 1 Mês < = 3 Meses	> 3 Meses < = 6 Meses	> 6 Meses < = 12 Meses	> 12 Meses < = 3 Anos	> 3 Anos	Não sujeito ao risco taxa de juro
<b>Ativo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	49.749
Outros investimentos	-	2.126	3.572	-	-	-	-	417.227
	-	2.126	3.572	-	-	-	-	466.976
<b>Passivo</b>								
Empréstimos bancários e outros financiamentos	-	-	-	-	-	968.108	-	35.000
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	-	389.619	-	-	389.619
Acionistas	-	-	-	-	-	-	-	35.193
	-	-	-	-	389.619	968.108	-	70.193
Exposição Líquida	-	2.126	3.572	-	389.619	968.108	-	537.169



**Risco de crédito**

Qualidade do risco de crédito dos instrumentos de dívida

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os títulos de dívida apresentam a seguinte composição de acordo com o rating de referência utilizado pela Sociedade:

	2016			Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	
<i>Outros investimentos:</i>				
AAA	-	1.038	-	1.038
AA- até AA+	-	-	-	-
A- até A+	-	809	-	809
Menor que A- Sem Rating	-	1.087	-	1.087
	2.764	-	-	2.764
	<u>2.764</u>	<u>2.934</u>	<u>-</u>	<u>5.698</u>
<i>Emitidos por:</i>				
Instituições financeiras	2.764	-	-	2.764
Outros emitentes	-	2.934	-	2.934
	<u>2.764</u>	<u>2.934</u>	<u>-</u>	<u>5.698</u>

	2015			Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	
<i>Outros investimentos:</i>				
AAA	-	1.083	-	1.083
AA- até AA+	-	-	-	-
A- até A+	-	-	-	-
Menor que A- Sem Rating	-	2.235	-	2.235
	2.764	-	-	2.764
	<u>2.764</u>	<u>3.318</u>	<u>-</u>	<u>6.082</u>
<i>Emitidos por:</i>				
Instituições financeiras	2.764	-	-	2.764
Outros emitentes	-	3.318	-	3.318
	<u>2.764</u>	<u>3.318</u>	<u>-</u>	<u>6.082</u>

**Risco de Mercado**

O risco de mercado é o risco da existência de perdas decorrentes da variação adversa de valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de fatores de risco, nomeadamente taxa de juro, taxa de câmbio, spreads de crédito, preços de ações e preços de mercadorias.

Risco de Taxa de juro – Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 basis points (bp), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2016					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
<b>Ativo</b>						
Outros investimentos	16	8	4	(4)	(8)	(16)
Total ativo sensível	16	8	4	(4)	(8)	(16)
<b>Passivo</b>						
Empréstimos bancários e outros financiamentos	(37.175)	(18.588)	(9.294)	9.294	18.588	37.175
Empréstimos obrigacionistas	(5.611)	(2.805)	(1.403)	1.403	2.805	5.611
Total passivo sensível	(42.786)	(21.393)	(10.697)	10.697	21.393	42.786
Total Ganho / Perda	(42.770)	(21.385)	(10.693)	10.693	21.385	42.770

	2015					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
<b>Ativo</b>						
Outros investimentos	17	8	4	(4)	(8)	(17)
Total ativo sensível	17	8	4	(4)	(8)	(17)
<b>Passivo</b>						
Empréstimos bancários e outros financiamentos	(32.996)	(16.498)	(8.249)	8.249	16.498	32.996
Empréstimos obrigacionistas	(8.707)	(4.354)	(2.177)	2.177	4.354	8.707
Total passivo sensível	(41.703)	(20.852)	(10.426)	10.426	20.852	41.703
Total Ganho / Perda	(41.686)	(20.844)	(10.422)	10.422	20.844	41.686

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2016 e 2015, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bp que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	2016					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com juros	(100)	(50)	(25)	25	50	100
Custos com juros	1.948	974	487	(487)	(974)	(1.948)
Margem Financeira	1.848	924	462	(462)	(924)	(1.848)

	2015					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com juros	(107)	(53)	(27)	27	53	107
Custos com juros	2.323	1.161	581	(581)	(1.161)	(2.323)
Margem Financeira	2.216	1.108	554	(554)	(1.108)	(2.216)

Risco Cambial

O risco cambial representa o risco de perdas devido a variações adversas nas taxas de câmbio. Nos exercícios de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2016			Total
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Outras Moedas	
<u>Ativo</u>				
Outros investimentos	415.603	6.579	743	422.925
Existências	27.145	-	-	27.145
Outras contas a receber	2.131	-	-	2.131
Estado e outros entes públicos	129	-	-	129
Investimentos detidos para negociação	111	-	-	111
Caixa e equivalentes de caixa	49.717	32	-	49.749
	<u>494.836</u>	<u>6.611</u>	<u>743</u>	<u>502.190</u>
<u>Passivo</u>				
Provisões	94	-	-	94
Empréstimos obrigacionistas	389.619	-	-	389.619
Outros financiamentos obtidos	1.003.108	-	-	1.003.108
Acionistas	35.193	-	-	35.193
Fornecedores	22	-	-	22
Estado e outros entes públicos	5	-	-	5
Passivos por impostos diferidos	2.356	-	-	2.356
Outros passivos	3.756	-	-	3.756
	<u>1.434.153</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.434.153</u>
Exposição líquida	<u>(939.317)</u>	<u>6.611</u>	<u>743</u>	<u>(931.963)</u>

	2015			Total
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Outras Moedas	
<u>Ativo</u>				
Outros investimentos	462.203	8.283	864	471.350
Existências	36.710	-	-	36.710
Outras contas a receber	1.419	-	-	1.419
Estado e outros entes públicos	384	-	-	384
Investimentos detidos para negociação	105	-	-	105
Outros ativos	9.520	-	-	9.520
Caixa e equivalentes de caixa	2.661	410	-	3.071
	<u>513.002</u>	<u>8.693</u>	<u>864</u>	<u>522.559</u>
<u>Passivo</u>				
Provisões	94	-	-	94
Empréstimos obrigacionistas	464.548	-	-	464.548
Outros financiamentos obtidos	894.259	-	-	894.259
Acionistas	35.193	-	-	35.193
Fornecedores	14	-	-	14
Estado e outros entes públicos	4	-	-	4
Outros Passivos	3.951	-	-	3.951
	<u>1.398.063</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.398.063</u>
Exposição líquida	<u>(885.061)</u>	<u>8.693</u>	<u>864</u>	<u>(875.504)</u>

Justo valor

Sempre que possível, a Sociedade estimou o justo valor recorrendo a cotações em mercados ativos ou técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros por si detidos. Um mercado é considerado ativo, e, portanto, líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efetuam transações de forma regular.

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, a Sociedade apura o respetivo justo valor com recurso a técnicas de valorização. Para estes instrumentos

financeiros, o justo valor é apurado com base em técnicas de valorização utilizando “inputs” não baseados em dados observáveis de mercado (Nível 3, de acordo com a classificação da norma IFRS 13).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o justo valor dos ativos e passivos financeiros valorizados ao custo amortizado, é o seguinte:

	2016		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	49.749	49.749	-
	<u>49.749</u>	<u>49.749</u>	<u>-</u>
<b>Passivo</b>			
Empréstimos obrigacionistas	389.619	396.631	(7.012)
Outros financiamentos	1.003.108	1.029.460	(26.352)
	<u>1.392.727</u>	<u>1.426.091</u>	<u>(33.364)</u>
	2015		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<b>Ativo</b>			
Outros ativos	9.520	9.520	-
Caixa e equivalentes de caixa	3.071	3.071	-
	<u>12.591</u>	<u>12.591</u>	<u>-</u>
<b>Passivo</b>			
Empréstimos obrigacionistas	894.259	929.860	(35.601)
Outros financiamentos	464.548	469.189	(4.641)
	<u>1.358.807</u>	<u>1.399.049</u>	<u>(40.242)</u>

Os critérios utilizados foram os seguintes:

- As rubricas de “Caixa e equivalentes de caixa” e “Outros ativos”, dado tratar-se de aplicações à vista, a Sociedade considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor;
- Empréstimos obrigacionistas: considerando as condições que se aplicam presentemente às operações de financiamento concedidas pelo IGCP, o cálculo do justo valor destes empréstimos foi efetuado aplicando o spread de 1,46% implícito no preço das Obrigações do Tesouro para prazo idêntico, em vigor no final de 2016; e
- Outros financiamentos: considerando as condições que se aplicam presentemente às operações de financiamento concedidas pelo IGCP, o cálculo do justo valor destes empréstimos foi efetuado aplicando os spreads implícitos nos preços das Obrigações do Tesouro para prazos idênticos, em vigor no final de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, valorizados ao justo valor, pode ser resumida como se segue:

Tipo de instrumentos financeiros	2016					Ativos valorizados ao custo histórico	Total
	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor				Total justo valor		
	Cotações em mercado ativos (Nível 1)	Técnicas de valorização baseados em:					
	Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)					
Ativo:							
Outros investimentos	1.046	-	417.276	418.322	4.603	422.925	
Investimentos detidos para negociação	111	-	-	111		111	
	<u>1.157</u>	<u>-</u>	<u>417.276</u>	<u>418.433</u>	<u>4.603</u>	<u>423.036</u>	

Tipo de instrumentos financeiros	2015						
	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor					Ativos valorizados ao custo histórico	Total
	Cotações em mercado ativos (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			Total justo valor		
	Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)					
Ativo:							
Outros Investimentos	1.783	-	456.398	458.181	13.169	471.350	
Investimentos detidos para negociação	105	-	-	105	-	105	
	<u>1.888</u>	<u>-</u>	<u>456.398</u>	<u>458.286</u>	<u>13.169</u>	<u>471.455</u>	

Para efeitos de apresentação nesta Nota, os instrumentos financeiros são classificados de acordo com a seguinte hierarquia, conforme previsto na norma IFRS 13:

- Nível 1 – Cotações em mercado ativo

Esta categoria inclui instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores.

- Nível 2 – Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados por recurso a técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros detidos pela Sociedade ou em modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio). Este nível inclui ainda os instrumentos financeiros valorizados por recurso a preços de compra de terceiros (bids indicativos), baseados em dados observáveis no mercado.

- Nível 3 – Técnicas de valorização utilizando principalmente inputs não baseados em dados observáveis em mercado.

Os ativos e passivos financeiros são classificados no nível 3 caso se entenda que uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de inputs não observáveis em mercado, nomeadamente: (i) obrigações e instrumentos financeiros derivados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar; (ii) obrigações valorizadas através de bids indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos; e (iii) fundos de investimento imobiliário fechados e/ou com reduzida liquidez.

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 nos ativos e passivos classificados no Nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

	<u>Outros Investimentos</u>
Valor de balanço líquido em 31 de dezembro de 2015	<u>456 398</u>
Alterações de justo valor	4 112
Imparidade reconhecida no exercício	(23 585)
Alienações	(19 562)
Aquisições	21
Outros	(108)
Valor de balanço líquido em 31 de dezembro de 2016	<u><u>417 276</u></u>

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

No decorrer do exercício de 2017, a Parups, S.A. e a Parvalorem, S.A., chegaram a acordo com a Christie, Manson & Woods Ltd. para a revogação do contrato de prestação de serviços de colocação em leilão das obras de arte do pintor Joan Miró (Nota 5). Adicionalmente, à data deste relatório encontra-se em formalização a passagem destas obras de arte para o Estado Português.



Anexo I – Inventário de Títulos

PARUPS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

(Anexo I)

	Quantidade	Valor Nominal	Valor de balanço (bruto)	Imparidade	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação	
						De justo valor	Por imposto diferido
<b>Outros investimentos</b>							
<b>Instrumentos de dívida</b>							
De emissores nacionais:							
Obrigações BPN Perpétuas 2008	2.750	2.750	2.763	-	2.763	1.050	(236)
CHAVES SME CLO N.º 1 - F	15.613	15.613	15.613	(15.613)	-	-	-
CHAVES SME CLO N.º 1 - E	9.600	9.600	9.600	(9.600)	-	-	-
P.C. CNE - 12ª Emissão	2.300	2.300	2.300	(2.300)	-	-	-
SLN Obrigações Subordinadas 2006	1.650	1.650	500	(500)	-	-	-
SLN Rendimento Mais 2004	600	600	350	(350)	-	-	-
			<u>31.126</u>	<u>(28.363)</u>	<u>2.763</u>	<u>1.050</u>	<u>(236)</u>
De emissores internacionais:							
Aquila CLO II PLC - Class Z Combination Notes	1.500	1.500	1.911	(873)	1.038	408	(92)
Harbourmaster Pro-Rata CLO 2 B.V. - Class B2	1.000	1.000	1.498	(700)	798	490	(110)
Jubilee CDO V B.V. - Class W	1.325	1.325	1.574	(765)	809	248	(56)
Harbourmaster CLO 6 B.V. - Class B2	1.000	1.000	951	(661)	290	32	(7)
H.E.A.T Mezzanine S.A. - Class C	500	500	500	(500)	-	-	-
Parkland Finance Corporation Series C due 2008	103	103	70	(70)	-	-	-
			<u>6.504</u>	<u>(3.569)</u>	<u>2.935</u>	<u>1.178</u>	<u>(265)</u>
<b>TOTAL INSTRUMENTOS DE DÍVIDA</b>			<b>37.630</b>	<b>(31.932)</b>	<b>5.698</b>	<b>2.228</b>	<b>(501)</b>
<b>Instrumentos de capital</b>							
Instrumentos de capital (unidades de participação) - no país:							
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Imonegócios	64.498	64.498	445.920	(180.048)	265.872	3.941	(887)
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imoreal	1.475	1.475	150.213	(52.535)	97.678	171	(38)
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imomarinas	610	610	48.942	(22.198)	26.744	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosocial	1.749	1.749	11.957	-	11.957	579	(130)
Fundo de Investimento Imobiliário Real Estate	80	80	15.456	(9.516)	5.940	-	-
Luso Carbon Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado	46	46	1.918	(1.438)	480	-	-
New Energy Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado	-	-	2.259	(2.134)	125	-	-
			<u>676.665</u>	<u>(267.869)</u>	<u>408.796</u>	<u>4.691</u>	<u>(1.055)</u>
Instrumentos de capital (unidades de participação) - no estrangeiro:							
The Infrastructure and Growth Capital Fund, L.P.	-	-	5.040	(76)	4.964	2.599	(585)
Sciens Global Stra Fund-Classe A	1	1	536	(147)	389	(5)	1
The leverage India Fund LLC	-	-	280	(175)	105	91	(20)
The Fine Art Fund II	80	80	79	(12)	67	6	(1)
Eden Rock Finance Master Limited	360	360	219	(212)	7	(1)	-
Lon & Cap Real Estate Master Fund	-	-	6	-	6	-	-
La Fayette Regular Growth Ltd B	1	1	6	-	6	(2)	-
GLG Patners SICAV MS Fund	-	-	1	-	1	(2)	-
The Fine Art Fund	893	893	-	-	-	-	-
La Fayette Regular Growth LTD SP	2	2	-	-	-	-	-
Fairfield Sigma Ltd	1	1	-	-	-	-	-
			<u>6.167</u>	<u>(622)</u>	<u>5.545</u>	<u>2.686</u>	<u>(605)</u>
			<u>682.832</u>	<u>(268.491)</u>	<u>414.341</u>	<u>7.377</u>	<u>(1.660)</u>
<b>Participações de capital:</b>							
Mindteck (India) Limited	801	801	2.091	(1.045)	1.046	868	(195)
Banco de África Ocidental	83	83	1.672	(836)	836	-	-
CELF, SGPS S.A.	848	848	848	(254)	594	-	-
Famigeste, SGPS, S.A.	250	250	353	(177)	176	-	-
BANCO MARE NOSTRUM, S.A.	104	104	140	-	140	-	-
INEGI	10	10	50	-	50	-	-
Mocambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.	15	15	21	(3)	18	-	-
ADRAVE	5	5	25	-	25	-	-
BPN - ACE, S.A.	-	-	1	-	1	-	-
ENTIGERE	23	23	116	(116)	-	-	-
Greencyber, S.A.	68	68	162	(162)	-	-	-
GALLILEI	14.819	14.819	3.615	(3.615)	-	-	-
TAIB BANK	514	514	74	(74)	-	-	-
			<u>9.168</u>	<u>(6.282)</u>	<u>2.886</u>	<u>868</u>	<u>(195)</u>
<b>TOTAL INSTRUMENTOS DE CAPITAL</b>			<b>692.000</b>	<b>(274.773)</b>	<b>417.227</b>	<b>8.245</b>	<b>(1.855)</b>
<b>Investimentos noutras empresas:</b>							
Suprimentos concedidos							
Greencyber, S.A.	275	275	275	(275)	-	-	-
			<u>275</u>	<u>(275)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>TOTAL SUPRIMENTOS CONCEDIDOS</b>			<b>275</b>	<b>(275)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>			<b>729.905</b>	<b>(306.980)</b>	<b>422.925</b>	<b>10.473</b>	<b>(2.356)</b>

#### 4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de gestão (artigo 38º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

Linhas de Atuação/Objetivos	Grau de Cumprimento	OBS
Identificar os processos mais adequados à gestão e venda das várias tipologias de ativos	100%	
Assegurar, através das estruturas da Parvalorem, S.A. o normal funcionamento da atividade da Parups, S.A.	100%	
Racionalizar todos os recursos disponíveis, tecnológicos e humanos com base no suporte operacional e tecnológico da Parvalorem, S.A.	100%	
Analisar e racionalizar os contratos de prestação de serviços associados aos vários ativos	100%	
Dinamizar os processos de comercialização do património imobiliário da Parups, S.A.	100%	Para além da divulgação dos imóveis para venda no site da sociedade, foram efetuados contratos de mediação com diversas imobiliárias de forma a promover a venda dos imóveis de forma mais dinâmica e especializada
Assegurar o cumprimento de todos os regulamentos em vigor, nomeadamente os aplicáveis à gestão e alienação dos ativos detidos pela sociedade	100%	
Adaptar a informação de gestão interna aos requisitos exigidos às empresas do SEE (Setor Empresarial do Estado).	80%	Processo em fase de melhorias sistemáticas
Execução de ações destinadas à alienação de participações.	100%	Em 2016 foram alienadas as participações na Technopark Holdings Limited, Controlauto, Investment Circle e Visa Inc. Class A
Execução de ações tendentes à valorização, recuperação e alienação de outros ativos.	80%	Em 2016 foram alienadas as participações financeiras na Harbourmaster, Imoreal, Fine Art Fund I e II, Eden Rock.
Execução de ações tendentes à valorização, recuperação e alienação de ativos imóveis.	100%	A sociedade tem na sua carteira imóveis adquiridos ao grupo BPN com contingências que impossibilitam a sua alienação. Têm vindo a ser efetuadas diligências no sentido de eliminar as contingências e colocar os imóveis no mercado. Aumento significativo do número de imóveis vendidos.
Execução de ações de controlo interno e compliance.	60%	Assegurado através das estruturas da Parvalorem, S.A..
Cumprimento de outros objetivos específicos fixados pelo acionista	100%	Foram cumpridas as orientações do acionista colocadas em sede de Assembleia Geral
Redução do prazo pagamento a fornecedores	100%	A sociedade mantém um prazo de pagamento inferior a 30 dias
Racionalização e redução de custos	100%	Os custos da sociedades são os que resultam diretamente da gestão e alienação de ativos, são racionalizados todos os custos possíveis, sendo que são na sua maioria variáveis e muitos não são passíveis de redução sem a alienação do próprio ativo.
FSE em função da liquidação de ativos	40%	Representa a variação anual do rácio entre a rubrica de FSE e o encaixe recebido com a liquidação/venda de ativos, cujo acréscimo de 2015 para 2016 foi de 1,04%

Execução do Plano de atividades e orçamento para 2016	Grau de execução dos mesmos	Justificação dos desvios	Medidas de correção aplicadas / a aplicar
<b>Princípios financeiros de referência</b>			
Investimentos Financeiros (redução em 1,82 milhões de euros)	100%		
FSE (decréscimo em cerca de 159 milhares de euros)	100%		
<b>Investimento</b>			
Nível de endividamento (previsto novo mútuo para refinanciamento do serviço de dívida de €105,5 milhões)	Novo mútuo com a DGTf de 91,58 milhões de euros	Os empréstimos do Estado têm-se destinado à amortização e juros do empréstimo obrigacionista.	A sociedade não pode recorrer a financiamento bancário, pelo que não efetuou o apuramento da taxa de refinanciamento da dívida. Mantém-se o empenho em efetuar amortizações antecipadas no empréstimo obrigacionista totalmente subscrito pela CGD, o qual detém aval do Estado, com o objetivo de permitir à empresa a redução de encargos financeiros futuros.

Euros

Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE				
	Cap. / Agrup.	Orçamentado	Executado	Grau de Execução
<b>Receitas</b>				
Rendimentos da propriedade	05	354 390	468 840	132%
Venda de bens e serviços correntes	07	6 178 207	7 927 870	128%
Outras receitas correntes	08	309 868	314 890	102%
Venda de bens de investimento	09	27 821 745	29 995 912	108%
Ativos financeiros	11	9 519 706	9 519 706	100%
Saldo da gerência anterior	16	14 941 177	14 941 177	100%
Passivos financeiros	12	105 543 941	91 557 568	87%
<b>Despesas</b>				
C/ Cativos				
Despesas com o pessoal	01	144 007	137 215	95%
Aquisição de bens e serviços	02	530 917	483 952	91%
Juros e outros encargos	03	19 185 877	16 637 210	87%
Outras despesas correntes	06	544 513	472 679	87%
Ativos financeiros	09	23 300 000	0	0%
Passivos financeiros	10	87 371 184	75 419 571	86%

Relativamente às Receitas de Capital, e no que se refere à receita efetiva, ocorreu até dezembro o encaixe de €29,99 milhões, relativo à venda da participação que a PARUPS, S.A. detinha na Controlauto, S.A. (14,45%), à redução de capital do Fundo Imobiliário Imoreal com a respetiva distribuição aos detentores das UP's, ao reembolso de obrigações (€520 milhares), de ações (€891 milhares), à venda do Visa INC (€2,18 milhões) e ao reembolso dos títulos Eden Rock (€6,14 milhares); Technopark Holdings (€2,86 milhares) e Luso Carbon Fund (€269,36 milhares).

Em termos de Despesas, refira-se que as "Despesas com o pessoal" respeitam exclusivamente aos órgãos sociais e apresentam uma execução de 95% face ao total da dotação do ano disponível.

Dado que a sociedade não tem estrutura orgânica, as despesas "Aquisição de bens e serviços", estão associadas à gestão e alienação dos ativos, destacando-se, as despesas com seguros, condomínios, conservação de imóveis e as comissões de mediação imobiliária, estas diretamente associadas à receita com a venda de imóveis. Em 2016, este tipo de despesas ascendeu a €483,95 milhares, o que corresponde a uma taxa de execução de 91%.

A rubrica de "Juros e outros encargos financeiros" regista as comissões e juros do empréstimo obrigacionista, com periodicidade anual de acordo com o plano financeiro contratado, sendo o seu vencimento no mês de dezembro. Do montante executado de €16,637 milhões, os juros do

empréstimo obrigacionista correspondem a €15,631 milhões. A parte restante é relativa a comissões.

Ainda nas Despesas Correntes a rubrica de "Impostos e taxas", cuja execução está relacionada com o pagamento de impostos e outras taxas ao Estado, o montante pago no ano de 2016 ascendeu a €472,67 milhares, o que corresponde a uma taxa de execução de 86,8%. Do total executado, €390,38 milhares respeitam ao pagamento de IMI/IMT, €25,1 milhares a imposto de selo, €26,77 milhares a retenções sobre juros e o remanescente a outros impostos.

Relativamente às Despesas de Capital foi executada a amortização do empréstimo obrigacionista no montante de €74,92 milhões. Os €500 milhares remanescentes são relativos à devolução da caução prestada pela Christie's, no âmbito do leilão dos quadros Miró.

## 2. Gestão do Risco Financeiro

A PARUPS, S.A. não recorre a financiamentos de Instituições Financeiras. As suas necessidades são, na componente não coberta por receitas/recebimentos próprios, asseguradas, exclusivamente, por empréstimos do seu acionista, o Estado, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

A carteira de financiamentos em curso está intrinsecamente ligada à reestruturação do BPN e medidas subjacentes à mesma, determinadas pelo Despachos de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças n.º 739/10-SETF, de 19 de julho, n.º 875/10-SETF, de 19 de agosto, e n.º 19070-A/2010-SETF, de 15 de dezembro.

Anos	2016	2015	2014	2013	2012
Encargos financeiros	33.906	39.851	44.373	52.518	76.360
Taxa Média de Financiamento (%) (a)	2,20%	2,68%	4,35%	4,73%	6,18%

(a) - taxa de juro média ponderada sobre o capital em dívida no início do ano

## 3. Limite de crescimento do endividamento

Nos termos definidos no n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, com Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio (Lei do Orçamento do Estado para 2016), o crescimento do endividamento é o seguinte:

Passivo Remunerado	2016	2015	2014	2013	Variação 16/15	
	Valores (€)				Valor	%
Financiamentos Obtidos /correntes e Não Correntes	1.333.023	1.316.385	1.374.563	1.367.584	16.638	1,26%
- dos quais concedidos pela DGTF	908.442	816.884	733.209	569.247	91.558	11,21%
Aumentos de Capital por dotação	-	-	-	-	-	-
Aumentos de Capital por conversão de créditos	-	-	-	-	-	-
Endividamento ajustado	-	-	-	-	-	-

## 4. Prazo Médio de Pagamento (PMP)

Nos Termos da RCM n.º 34/2008 de 22 fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril, evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores é o seguinte:

PMP	2016	2015	Variação 16/15	
			Valor	%
Prazo (dias)	13	9,3	3,7	40%

Conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio a PARUPS, S.A. não tem atrasos nos pagamentos (*arrears*) conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Dívidas vencidas	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o artigo 1º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisições de bens e serviços	-	-	-	-	-
Aquisições de capital	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-

#### 5. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito das recomendações da acionista

Na Assembleia Geral que ocorreu em 21 de novembro de 2016, o representante do acionista ESTADO votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e das contas Individuais e consolidadas referentes ao exercício de 2015, em ambos os casos atentas as reservas e as ênfases (com exceção, em ambos os casos, da ênfase constante do n.º 9) expressas na Certificação Legal das Contas e no parecer do Conselho Fiscal. Mais votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Governo Societário, referente ao exercício de 2015, e recomendou também ao Conselho de Administração que:

- Continue a diligenciar no sentido da regularização das situações subjacentes às reservas e ênfases constantes das Certificações Legais das Contas e do Parecer do Conselho Fiscal, dando nota expressa ao Acionista dessas diligências e dos resultados alcançados no ano de 2016, até ao final do mês de janeiro de 2017;
- De futuro, apresente documento autónomo no qual evidencie o grau de concretização dos objetivos do administrador executivo, em conformidade com o estabelecido no respetivo contrato de gestão, bem como justificação fundamentada para os desvios verificados;
- Apresente ao acionista um plano de negócios que inclua a estratégia a adotar para a liquidação de cada ativo/categoria de ativos, até ao final do mês de janeiro de 2017.

O Conselho de Administração da sociedade, remeteu em 31 de janeiro de 2017 à Tutela, DGTF e Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças os elementos em conformidade com as recomendações do acionista na Assembleia Geral de aprovação de contas de 21 de novembro de 2016, nomeadamente:

- I. Relatório de Avaliação de Gestão
- II. Plano de Negócios
- III. Esclarecimento de Reservas

## 6. Remunerações (Apêndice 1)

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Quantificação	Justificação
	Sim	Não	N. A.		
<b>Remunerações</b>					
Mesa A.G. - Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2016	X			100%	Os membros da Mesa da A.G. não são remunerados
C.A. - Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art.º 41 da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro	X			100%	Não foram atribuídos prémios de gestão
C.A. - Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2016	X			100%	
Fiscalização - Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2016	X			100%	
SROC/Auditor Externo - Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2016	X			100%	A remuneração da SROC e Auditor externo foi objeto de despacho n.º 2261-SET/13 de 5 de dezembro 2013
Restantes trabalhadores – Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2016	X			100%	A empresa não tem quadro de pessoal.

## 7. Artigos 32.º e 33º do Estatuto de Gestor Público

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Justificação
	Sim	Não	N. A.	
Conselho de Administração	X			A deliberação Social Unânime por Escrito do acionista sobre o pacote remunerativo do C.A., que entrou em vigor a partir de 1/AGO/12, cumpre todos os requisitos estabelecidos no EGP. Em 29 Junho 2015 a Assembleia Geral aprovou a política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade.

a) A empresa cumpre o disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público relativamente à não utilização de cartões de crédito da empresa e/ou de outros instrumentos de pagamento por parte dos gestores públicos.

b) A empresa cumpre o disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público relativamente ao não reembolso aos gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) Os gastos associados a comunicações são suportados pela PARVALOREM, S.A.

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	-	-	-

(\*) Os gastos com comunicações são suportados pela PARVALOREM S.A.

d) Os gastos com combustível e portagens são suportados pela PARVALOREM, S.A.

Nome	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	-	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	-	-	-	-	-

### 8. Despesas não documentadas ou confidenciais

Este ponto não se aplica pois não existem despesas não documentadas ou confidenciais nas contas da entidade.

### 9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

Este ponto não se aplica, pois, a entidade não tem quadro de pessoal.

### 10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

A empresa tem uma POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, está a desenvolver um modelo de gestão de risco operacional e um plano de continuidade de negócio e, no âmbito do DL-192/2015, vai documentar o sistema de controlo interno.

### 11. Contratação pública

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Justificação
	Sim	Não	N. A.	
Contratação Pública			N. A.	O regime de contratação pública não é aplicável à PARUPS, S.A.

### 12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Não aplicável.

### 13. Frota automóvel

De acordo com o previsto nas alíneas a) e b) do nº 3 do artigo 96º do DLEO 2016, complementadas com os Despachos nº 1182/13-SET, de 12 de junho (comunicado através do ofício circular nº 4238, de 1 de julho) e Despacho nº 1668/13-SET, de 6 de setembro (comunicado através do Ofício Circular nº 7408, de 2 de dezembro) a PARUPS, S.A. não tem parque automóvel.

Cumprimento das Obrigações Legais	N.º total (31Dez)			Justificação
	2015	2014	Variação	
Veículos utilizados	-	-	-	Não há veículos no património da sociedade. Todo o parque automóvel é gerido pela PARVALOREM, S.A.

### 14. Medidas de redução de gastos operacionais (previstas no artigo 96º do DLEO 2016)

PRC	Meta	N.º total (31Dez)				Var. 2016/2015		Var. 2016/2012	
		2016 Exec.	2015 Exec.	2014 Exec.	2012 Exec.	Absoluta	%	Absoluta	%
(0) EBITDA		(14.253)	(45.235)	(130.351)	(6.265)	30.982	-68%	(7.988)	128%
(1) CMVMC		7.672	3.228	19.410	1.522	4.444	138%	6.150	404%
(2) FSE		501	446	879	621	55	12%	(120)	-19%
(3) Gastos com o Pessoal		135	122	134	69	13	11%	66	96%
(4) Indemnizações pagas por rescisão		-	-	-	-	-	-	-	-
(5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias		-	-	-	-	-	-	-	-
<b>(6) Gastos Operacionais <sup>a)</sup> = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)</b>	Redução em 15% face a 2012	8.308	3.796	20.423	2.212	4.512	119%	6.096	276%
(7) Volume de negócios (VN) <sup>b)</sup>		8.089	3.299	18.693	1.518	4.790	145%	6.571	433%
(8) Peso dos gastos/VN = (6)/(7)	Redução face a 2015	1	1	1	1	-	-11%	-	-30%



PRC	Meta	2016 Exec.	2015 Exec.	2014 Exec.	2012 Exec.	Var. 2016/2015		Var. 2016/2012	
						Absoluta	%	Absoluta	%
Gastos com Comunicações (FSE)	= ao ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com Deslocações/Alojamento (FSE)	= ao ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com Ajudas de custo (Gastos com Pessoal)	= ao ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	-	-	-	-	-	-	-	-
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)		9	10	10	n.a.	(1)	-10%	n.a.	n.a.
Nº Órgãos Sociais (OS)		9	10	10	n.a.	(1)	-10%	n.a.	n.a.
Nº Cargos de Direção (CD)		-	-	-	n.a.	-	-	n.a.	n.a.
Nº Trabalhadores (sem OS e sem CD)		-	-	-	n.a.	-	-	n.a.	n.a.
Nº Trabalhadores/Nº CD		-	-	-	n.a.	-	-	n.a.	n.a.
Nº de Viaturas	Redução face ao ano anterior	-	-	-	n.a.	-	-	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas <sup>d)</sup>	= ao ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	-	-	-	n.a.	-	-	n.a.	n.a.

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão nem o efeito da reversão das reduções remuneratórias (2015 artigo 4º da Lei 75/2014, de 12 de setembro de 2016 - artigo 2º da Lei 159-A/2015, de 30 de dezembro)

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: renda/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos

A PARUPS, S.A. foi adquirida pela DGTF em 14 de fevereiro de 2012. Assim sendo, a análise da variação incide sobre os anos 2012 e 2014 a 2016.

A PARUPS, S.A. não tem quadro de pessoal, apenas Órgãos Sociais.

### 15. Princípio da Unidade Tesouraria do Estado

Foi autorizada a exceção do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria concedida à PARUPS, S.A. através do Despacho n.º 233/16 da SEATF de 09 de março de 2016 – Secretaria de Estado do Tesouro. Os excedentes de Tesouraria são aplicados no IGCP.

### 16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos

Não foram dirigidas à empresa quaisquer recomendações resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas durante o ano de 2016.

17. Informação divulgada a 31 de dezembro de 2016 no site do SEE (portal da DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S / N / N. A.	Data Atualização	
Estatutos	S	25/11/2014	
Caracterização da Empresa	S	mar/16	2016: Atualização da morada da Sede
Função de tutela e acionista	S	abr/13	
<b>Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:</b>			
Identificação dos Órgãos Sociais	S	03/2016; 02 e 03/2017	2017: Inserção Renúncias, dados novo CF, Mandatos
Estatuto Remuneratório Fixado	S	03/2016 e 03/2017	2017: Dados do Relatório & Contas de 2015
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	03/2016 e 03/2017	2017: Atualização dos valores referentes a 2015
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	03/2016 e 03/2017	2017: Dados do Relatório & Contas de 2015
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	03/2016 e 03/2017	2017: Dados do Relatório & Contas de 2015
Esforço Financeiro Público	N.A.		
Ficha Síntese	S	mar/17	Modelo Identificativo da Empresa
Informação Financeira histórica e atual	S	03/2016; 2017	Os dados financeiros são atualizados mensalmente
<b>Princípios de Bom Governo</b>			
Regulamentos Internos e Externos a que a Empresa está sujeita	S	03/2016 e 03/2017	2017: Dados do Relatório & Contas de 2015
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S	03/2016 e 03/2017	2017: Dados do Relatório & Contas de 2015
Outras transações	S	03/2016 e 03/2017	2017: Dados do Relatório & Contas de 2015
<b>Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:</b>			
Económico	S	03/2016 e 03/2017	2017: Dados do Relatório & Contas de 2015
Social	S	03/2016 e 03/2017	2017: Dados do Relatório & Contas de 2015
Ambiental	S	03/2016 e 03/2017	2017: Dados do Relatório & Contas de 2015
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	03/2016 e 03/2017	2017: Dados do Relatório & Contas de 2015
Código de Ética	S	03/2016 e 03/2017	2017: Dados do Relatório & Contas de 2015

Na presente data a informação está divulgada no *site* institucional da PARUPS, S.A. e na aplicação *SIRIEF - Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira*.

O Relatório e Contas de 2016, contendo toda a informação, será igualmente disponibilizado no *SIRIEF*, estando já em implementação o cumprimento das obrigações de divulgação da informação para 2016 de forma direta, na dita plataforma.

Apêndice 1

1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruta (1)	Reduções remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)- (2)+(3)
2015-2017	Presidente	José Emilio Coutinho Garrido Castel-Branco *	-	-	-	-	-
2015-2017	Secretária	Cristina Maria Pereira Freire	-	-	-	-	-

\* Renunciou com efeitos desde 24-05-2016

2. Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2015-2017	Presidente	Maria Paula Poças Rodrigues	AG	29/04/2015	Não	n.a	D	2
2015-2017	Vogal	Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite	AG	29/04/2015	Não	n.a	n.a	2
2015-2017	Vogal	Bruno Raposo De Castro Henriques	AG	29/04/2015	Não	n.a	n.a	2
2015-2017	Vogal	Bernardo Xavier Alabaça	AG	29/04/2015	Não	n.a	D	2

(1) - Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) - Opção pela remuneração do lugar de Origem - prevista no nº 8 do artigo 28º do EGP. Entidade pagadora: O/D: Origem/Destino

Nome	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (Público / Privado)
Maria Paula Poças Rodrigues	Parvalorem, S.A	Vogal C.A	Público
Maria Paula Poças Rodrigues	BPN ACE	Vogal C.A	Público
Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite	Parparticipadas, SGPS, S.A	Vogal C.A	Público
Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite	Parvalorem, S.A	Presidente C.A	Público
Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite	Imofundos, SGFII, S.A	Presidente C.A	Público
Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite	BPN ACE	Vogal C.A	Público
Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite	Banco Efisa, S.A	Presidente C.A	Público
Bruno Raposo de Castro Henriques	Parparticipadas, SGPS, S.A	Presidente C.A	Público
Bruno Raposo de Castro Henriques	Imofundos, SGFII, S.A	Vogal C.A	Público
Bruno Raposo de Castro Henriques	Parvalorem, S.A	Vogal C.A	Público
Bruno Raposo de Castro Henriques	BPN ACE	Vogal C.A	Público
Bruno Raposo de Castro Henriques	Banco Efisa, S.A	Vogal C.A	Público
Bernardo Xavier Alabaça	DGTF	Subdiretor Geral	Público
Bernardo Xavier Alabaça	Parpública, SGPS, S.A	Vice Presidente Mesa AG	Público

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento mensal	Despesas Representação
Maria Paula Poças Rodrigues	S	C	4.578,20	1.831,28
Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite	S	C	n.a.	n.a.
Bruno Raposo De Castro Henriques	S	C	n.a.	n.a.
Bernardo Xavier Alabaça	S	C	915,64	n.a.

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 4 do artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, conjugado com o estabelecido no artigo 31.º do EPG, foram autorizados os Dr. Francisco Nogueira Leite, Dr. Bruno de Castro Henriques, e a Dra. Maria Paula Poças a acumular as funções de membros do Conselho de Administração na PARVALOREM, S.A., na PARUPS, S.A. e os Dr. Francisco Nogueira Leite e Dr. Bruno de Castro Henriques na PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., IMOFUNDOS, SGFII, S.A e BANCO EFISA, S.A desde que apenas exerçam funções executivas numa delas e não acumulem remunerações.

Nome	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões Remuneratórias (5)	Valor Final (6) = (3)-(4)+(5)
Maria Paula Poças Rodrigues	86.070,16	-	85.612,34	6.342,15	-	79.270,19
Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite	-	-	-	-	-	-
Bruno Raposo de Castro Henriques	-	-	-	-	-	-
Bernardo Xavier Alabaça	12.818,96	-	12.727,40	919,01	-	11.808,39
			<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
			98.339,74	7.261,16	-	91.078,58

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias)

(4) e (5) - reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro e na Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
Nome	Diário	Encargo Anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade
Maria Paula Poças Rodrigues	-	-	SS + SAMS	22.662,97	-	-	SRC + SAT	1.286,15
Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite	-	-	-	-	-	-	SRC	1.000,00
Bruno Raposo de Castro Henriques	-	-	-	-	-	-	SRC	1.000,00
Bernardo Xavier Alabaça	-	-	SS	2.804,51	-	-	SRC + SAT	1.042,61
			<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
			-	25.467,48	-	-	-	4.328,76

Legenda: SAT - Seguro acidentes trabalho / SRC - Seguro responsabilidade civil / SS - Seguro Saúde / SAMS - Serviço Apoio Médico Social

Nome	Encargos com Viaturas 2016								
	Viatura atribuída (S/N)	Celebração de Contrato (S/N)	Valor de referência da Viatura (€)	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas	Nº prestações contratuais Remanescentes
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Os encargos com viaturas são suportados pela PARVALOREM, S.A.

Legenda: (1) Aquisição; ALD ; Leasing ou outra

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com Viagens
				Identificar	valor	
Maria Paula Poças Rodrigues	-	-	-	-	-	-
Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite	-	-	-	-	-	-
Bruno Raposo De Castro Henriques	-	-	-	-	-	-
Bernardo Xavier Alabaça	-	-	-	-	-	-

3. Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Mensal Fixado (€)	Nº de Mandatos
			Forma <sup>(1)</sup>	Data		
2016 - 2018	Presidente	Pedro Miguel do Nascimento Ventura <sup>(*)</sup>	AG	21/11/2016	500,00	1
2016 - 2018	Vogal	David António Teixeira de Avelar	AG	21/11/2016	350,00	3
2016 - 2018	Vogal	João Duarte Lopes Ribeiro <sup>(**)</sup>	AG	21/11/2016	350,00	1

Legenda: (1) - Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(\*) Presidente do CF desde 21/11/2016

(\*\*) Vogal do CF desde 21/11/2016

Nome	Remuneração Anual 2016 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Pedro Miguel do Nascimento Ventura <sup>(*)</sup>	782,68	-	-	782,68
David António Teixeira de Avelar	4.900,00	52,66	-	4.847,34
João Duarte Lopes Ribeiro <sup>(**)</sup>	547,88	-	-	547,88
				6.177,90

(2) e (3) - reduções e reversões remuneratórias previstas na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro e na Lei nº 159-A/2015, de 30 dezembro

(\*) Presidente do CF desde 21/11/2016

(\*\*) Vogal do CF desde 21/11/2016

ROC/FU

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	Nº inscrição na OROC	Nº registo na CMVM	Forma <sup>(1)</sup>	Data	Contratada (€)		
2016 - 2018	Revisor Efetivo	Deloitte & Associados, SROC S.A. - Representada por: José António Mendes Garcia Barata	43	20161389	DUE	23/03/2017	38.000,00	6	6
			1210	20160821					
2016 - 2018	Revisor Suplente	Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro	572	20160231	DUE	23/03/2017	-	6	6

Legenda: (1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de serviços - 2016 (€)				Valor Anual de Serviços Adicionais - 2016 (€)				
	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)+(2)+(3)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)+(2)+(3)
Deloitte & Associados, SROC S.A. - Representada por: José António Mendes Garcia Barata	38.000,00	-	-	38.000,00	-	-	-	-	-
Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(2) e (3) - reduções e reversões remuneratórias previstas na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro e na Lei nº 159-A/2015, de 30 dezembro

4. Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na entidade
Nome	Nº inscrição na OROC	Nº registo na CMVM				
Deloitte & Associados, SROC S.A.	43	20161389	23/03/2017	3	6	6

A auditoria é feita no âmbito da revisão oficial de contas pela DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A., n.º 20161389 da CMVM, pelo que o seu custo está incluído na Prestação de Serviços do ROC.

Apêndice 2

Cumprimento das Orientações Legais - 2016	Cumprimento	Quantificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S / N / N.A.	/ Identificação	
<b>Objetivos de Gestão</b>			
Maximização do valor dos seus ativos	S	100%	
Avaliação dos ativos	S	100%	
<b>Metas a atingir constantes no PAO 2016</b>			
<b>Princípios financeiros de Referência</b>			
Investimentos Financeiros (redução em 1,82 milhões de euros)	S	100%	
FSE (decréscimo em cerca de 159 milhares de euros)	S	100%	
Nível de endividamento (previsto novo mútuo para refinanciamento do serviço de dívida de €105,5 milhões)		86,80%	Novo mútuo com a DGTf de euro 91,58 milhões de euros. Os empréstimos do Estado têm-se destinado à amortização e juros do empréstimo obrigacionista. A sociedade não pode recorrer a financiamento bancário, pelo que não efetuou o apuramento da taxa de refinanciamento da dívida. Mantemos o empenho em efetuar amortizações antecipadas no empréstimo obrigacionista totalmente subscrito pela CGD, o qual detém aval do Estado, com o objetivo de permitir à empresa a redução de encargos financeiros futuros.
Investimento	N.A.		Sem investimentos dada a missão/objetivos estratégicos da sociedade
Gastos com pessoal	N.A.		Sem quadro de pessoal, apenas O.S. c/ custos de acordo c/ DUE Tutela
<b>Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE</b>			
<b>Receitas</b>			
Rendimentos da propriedade	N	132%	Rubrica relacionada com as "Rendas de Imóveis", e "Juros/Dividendos". Variável sempre difícil de prever, sendo que a estimativa efetuada era a melhor na data em que decorreram os nossos trabalhos preparatórios para elaboração do OE2016.
Venda de bens e serviços correntes	N	128%	Rubrica relacionada com a "Venda de Imóveis e obras de arte". Variável sempre difícil de prever, sendo que a estimativa efetuada era a melhor na data em que decorreram os nossos trabalhos preparatórios para elaboração do OE2016.
Outras receitas correntes	N	102%	Recebimento de acertos de IMI, reembolso de IRC (execução não prevista no OE) e acordos de pagamento com devedores
Venda de bens de investimento	N	108%	O montante executado foi relativo a: - venda da participação na Controlauto (14,45%); - redução de capital do Fundo Imobiliário Imoreal com a respetiva distribuição aos detentores das UP's; - reembolsos de obrigações e ações (891 milhares de euros); - venda do Visa INC.
Ativos financeiros	S	100%	Justificação no ponto 1 - COL
Saldo da gerência anterior	S	100%	Justificação no ponto 1 - COL
Passivos financeiros	S	87%	Justificação no ponto 1 - COL
<b>Despesas</b>			
Despesas com o pessoal	S	95%	Justificação no ponto 1 - COL
Aquisição de bens e serviços	S	91%	Justificação no ponto 1 - COL
Juros e outros encargos	S	87%	Justificação no ponto 1 - COL
Outras despesas correntes	S	87%	Justificação no ponto 1 - COL
Ativos financeiros	S	0%	Justificação no ponto 1 - COL
Passivos financeiros	S	86%	Justificação no ponto 1 - COL
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	S	2,20%	Justificação no ponto 2- COL
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	S	1,26%	Justificação no ponto 3- COL
<b>Evolução do PMP a Fornecedores</b>	S	+3,7 dias	Justificação no ponto 4- COL
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>	S	0	Justificação no ponto 4- COL
<b>Recomendações do Acionista na última aprovação de contas</b>			

Cumprimento das Orientações Legais - 2016	Cumprimento	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S / N / N.A.		
Diligenciar no sentido da regularização das situações subjacentes às reservas e ênfases constantes das Certificações Legais das Contas e do Parecer do Conselho Fiscal, dando nota expressa ao Acionista dessas diligências e dos resultados alcançados no ano de 2016	N		O Conselho de Administração da sociedade, remeteu em 31 de janeiro de 2017 à Tutela, DGTF e Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças os elementos em conformidade com as recomendações do acionista na Assembleia Geral de aprovação de contas de 21 de novembro de 2016, nomeadamente: I. Relatório de Avaliação de Gestão II. Plano de Negócios III. Esclarecimento de Reservas
Apresentar documento autónomo em que evidencie o grau de concretização dos objetivos administrador executivo, em conformidade com o estabelecido no respetivo contrato de gestão, com justificação dos desvios verificados	S		
Apresentar um plano de negócios que inclua a estratégia para liquidação dos ativos/categoria de ativos, até final de Janeiro/2017	S		
<b>Remunerações</b>			
Não atribuição de prémios de gestão	S		Justificação no ponto 6- COL
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	S		
Fiscalização - (CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	N.A.		
Auditor - redução e reversões remuneratórias vigentes em 2016	S		
Restantes Trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	S		
Restantes Trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2016 pelo n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março	S		
<b>EGP - Artigo 32.º e 33.º do EGP</b>			
Não utilização de Cartões de Crédito	S	DUE 29/06/2015	A DUE de Remuneração do CA de 29/06/2015 estipula 80€/mês. Os encargos com comunicações são suportados pela PARVALOREM, S.A. Assim como 1/4 valor mensal para despesas de representação. Os encargos com combustível e portagens associados a viaturas são suportados pela PARVALOREM, S.A.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	DUE 29/06/2015	
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	N.A.		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	N.A.		
<b>Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 16.º do DL 133/2013 e artigo 11.º do EGP</b>			
Proibição da realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Justificação no ponto 8- COL
<b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	N.A.		Justificação no ponto 9- COL
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das normas de Contratação Pública pela empresa	N.A.		O Regime da Contratação Pública não é aplicável à Sociedade
Aplicação das normas de Contratação Pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>			
	N.A.		
<b>Parque Automóvel</b>			
N.º de Viaturas	N.A.		As viaturas estão associadas/afetas à PARVALOREM, S.A.
Gastos com Viaturas	N.A.		Os custos com viaturas estão associados/afetos à PARVALOREM, S.A.



Cumprimento das Orientações Legais - 2016	Cumprimento S / N / N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Gastos operacionais das Empresas Públicas	N.A.		
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)</b>			Dispensa parcial – Despacho nº 233/16-SEATF de 09/03/2016
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	98,00%	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N.A.		
Juros auferidos em Incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		

**5. DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO  
245.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS**

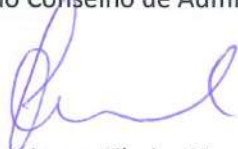
DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 245.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, declaram os membros do Conselho de Administração da PARUPS, S.A., tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas Anuais, a Certificação Legal de Contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, relativos ao exercício de 2016 da PARUPS, S.A., foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:



Maria Paula Poças Rodrigues  
Presidente do Conselho de Administração



Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite  
Vogal Não Executivo



Bruno Raposo de Castro Henriques  
Vogal Não Executivo



Bernardo Xavier Alabaça  
Vogal Não Executivo

Lisboa, 11 de maio de 2017

## 6. DECLARAÇÕES DE INDEPENDÊNCIA



Anexo A – Declaração de Independência Presidente C.A.

(art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro)

Eu, MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 11 de maio de 2017



Presidente do Conselho de Administração



Anexo A – Declaração de Independência - Administrador não Executivo

(art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro)

Eu, FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 11 de maio de 2017



Administrador não Executivo

Anexo A – Declaração de Independência – Administrador não Executivo

(art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro)

Eu, BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 11 de maio de 2017

  
Administrador não Executivo

Anexo A – Declaração de Independência – Administrador não Executivo

(art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro)

Eu, BERNARDO XAVIER ALABAÇA declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 11 de maio de 2017

  
- Administrador não Executivo



**7. DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 15º DA LEI Nº 8/2012 DE 21 DE  
FEVEREIRO**



Compromissos Plurianuais

---

Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2016

Ministério: FINANÇAS  
Entidade: PARUPS, S.A

Montante total de compromissos plurianuais: € 0,00

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro de 2016, se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
Sem compromissos plurianuais a declarar.	

Lisboa, 30 de Janeiro de 2017.



Recebimentos em atraso

Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2016

Ministério: FINANÇAS  
Entidade: PARUPS, S.A

Montante total de recebimentos em atraso: € 335.860,10

Nº	Ano	Classificação Económica	Devedor NF	Devedor Designação	Descrição	Montante	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento
1	2015	0510040000	505997215	Monte da Quinta Club, Actividades Hoteleiras, S.A.	Rendas em atraso	335.860,10€	

Lisboa, 3 de Fevereiro de 2017.



P a g a m e n t o s   e m   a t r a s o

---

**Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2016**

Ministério: FINANÇAS  
Entidade: PARUPS, S.A

Montante total de pagamentos em atraso: € 0,00

Sem pagamentos em atraso a declarar.

Observações

Sem pagamentos em atraso a declarar

Lisboa, 30 de Janeiro de 2017.



## 8. CERTIFICAÇÕES

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de euros – m.euros)

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Parups, S.A. ("Sociedade") que compreendem o Balanço individual em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 502.190 m.euros e um total de capital próprio negativo de 931.963 m.euros, incluindo um resultado líquido negativo de 54.348 m.euros), a Demonstração dos resultados individuais, a Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual, a Demonstração das alterações no capital próprio individual e a Demonstração dos fluxos de caixa individuais relativas ao exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras individuais que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no primeiro parágrafo e quanto aos efeitos das matérias referidas nos restantes parágrafos da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras individuais anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais para os fins descritos no primeiro parágrafo da secção "Ênfases", a posição financeira da Parups, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

#### Bases para a opinião com reservas

Até à data deste Relatório, não nos foram disponibilizados os relatórios de auditoria sobre as demonstrações financeiras do fundo de capital de risco The Infrastructure and Growth Capital Fund em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao valor realizável da participação da Sociedade registada na rubrica "Outros investimentos", cujo valor líquido contabilístico em 31 de dezembro de 2016 ascende a 4.964 m.euros (4.309 m.euros em 31 de dezembro de 2015).

O Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras do fundo Imomarinas - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado em 31 de dezembro de 2016 inclui uma reserva relacionada com a correta especialização dos custos associados ao risco de realização de adiantamentos efectuados em anos anteriores no âmbito do contrato promessa de compra do imóvel "Lojas, Marina de Albufeira", para os quais este fundo registou em 2016 um reforço de provisões no montante de 7.225 m.euros. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto à correta especialização dos custos acima referidos entre 2015 e 2016.

O Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras do fundo Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Real Estate) em 31 de dezembro de 2016 contém uma escusa de opinião dado não ter sido obtido suporte adequado sobre a continuidade das operações do fundo, e não ter sido possível estimar o impacto nas suas demonstrações financeiras de um conjunto de situações, incluindo os pressupostos utilizados na valorização de um imóvel que detém. Adicionalmente, não foi possível aferir sobre a capacidade efetiva de recuperação de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a recuperar no montante de 2.193 m.euros face aos prazos e outros requisitos legalmente previstos. Desta forma, não nos é possível quantificar o impacto das situações acima referidas no valor recuperável da participação financeira de 50% neste fundo no montante de 5.939 m.euros (9.759 m.euros em 31 de dezembro de 2015) registada nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade na rubrica "Outros Investimentos".

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade detém uma participação de 9,16% no fundo de investimento imobiliário Imosocial - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Imosocial), no montante de 11.957 m.euros (12.259 m.euros em 31 de dezembro de 2015), que se encontra registada na rubrica "Outros investimentos". O Imosocial encontra-se em liquidação, e o Relatório de Auditoria sobre as respetivas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 inclui uma reserva por desacordo referindo que, atendendo ao facto de alguns imóveis se destinarem a usos específicos, se considera que a venda dos imóveis no curto prazo implicará a realização de menos-valias face aos valores pelos quais se encontram registados, as quais não foram quantificadas. Face ao exposto, não dispomos de informação que nos permita quantificar o impacto desta situação na valorização da participação detida pela Sociedade no Imosocial em 31 de dezembro de 2016.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### **Incerteza material relacionada com a continuidade**

Conforme descrito na Nota 11 do Anexo, as demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 apresentam capital próprio negativo de 931.963 m.euros, o que põe em causa a continuidade das operações e determina a aplicação das normas constantes dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade apresenta passivos correntes, incluindo empréstimos obrigacionistas com vencimento em 2017, no montante de 82.412 m.euros, os quais excedem os ativos correntes. No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A., foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Setor Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, e o Estado Português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade. Desta forma, a capacidade da Sociedade se manter em continuidade está dependente da manutenção do apoio financeiro do Estado Português, sendo convicção do Conselho de Administração da Sociedade que este apoio será mantido. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Ênfases**

As demonstrações financeiras individuais anexas referem-se à atividade individual da Sociedade, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à atividade individual da Sociedade, os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade e os outros investimentos ao justo valor. A Sociedade irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, para publicação em separado.

Conforme descrito na Nota 16 do Anexo, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o saldo da rubrica "Passivos correntes - Acionistas" corresponde a um adiantamento efetuado pelo Estado Português à Sociedade no montante de 35.193 m.euros, que não foi objeto de formalização.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", determinamos as matérias descritas abaixo como matérias relevantes de auditoria a serem relatadas neste relatório.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Valorização dos ativos registados na rubrica "Outros investimentos" (Notas 2.3 d), 2.4, 4, 12 e 23)</i>	
<p>Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Outros investimentos" inclui um conjunto de instrumentos de capital e instrumentos de dívida, cujo valor líquido ascende a 422.925 m.euros (2015: 471.350 m.euros), os quais são registados de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 2.3 d) do Anexo às demonstrações financeiras individuais.</p> <p>A valorização dos outros investimentos requer a aplicação de julgamento do Conselho de Administração na definição das fontes de valorização a considerar para cada instrumento. É ainda necessária a aplicação de julgamento do Conselho de Administração na definição dos critérios a considerar para efeitos de identificação de indícios de imparidade e apuramento das perdas por imparidade a reconhecer, caso aplicável.</p> <p>Tendo em conta os fatores descritos acima relativamente à dimensão e à relevância na atividade da Sociedade da carteira de investimentos, bem como a necessidade da utilização de julgamentos, a valorização dos outros investimentos foi definida como uma matéria relevante para a nossa auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação do desenho e implementação dos controlos relevantes adotados pela Sociedade relativamente à valorização dos investimentos.</li> <li>• Análise da reconciliação entre o detalhe da carteira de investimentos da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 e os respetivos saldos contabilísticos.</li> <li>• Análise da razoabilidade das fontes de informação utilizadas pela Sociedade para a valorização dos investimentos, incluindo no caso das unidades de participação de fundos de investimento, o conteúdo dos respetivos relatórios de auditoria em 31 de dezembro de 2016.</li> <li>• Revisão e análise das divulgações efetuadas pela Sociedade no Anexo às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2016 relativamente aos ativos registados na rubrica "Outros investimentos", tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.</li> </ul>



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Valorização dos imóveis registados na rubrica "Existências" (Notas 2.3 e), 5 e 23)</i>	
<p>Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Existências" inclui um conjunto de imóveis registados pelo valor líquido de 16.116 m.euros, (2015: 25.508 m.euros) os quais são registados de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 2.3 e) do Anexo às demonstrações financeiras individuais.</p> <p>Os imóveis encontram-se valorizados ao menor entre o custo de aquisição ou valor realizável líquido, o qual corresponde ao valor de venda estimado com base em avaliações elaboradas por peritos externos, deduzido dos custos estimados necessários para efetuar a venda. As referidas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos que requerem validação por parte do órgão de gestão da Sociedade e consideram em particular as intenções do mesmo sobre a comercialização destes ativos.</p> <p>Tendo em conta a subjetividade dos pressupostos utilizados nas avaliações dos imóveis da Sociedade, bem como a sua dimensão e relevância na atividade da Sociedade, considerámos a valorização de imóveis como matéria relevante para a nossa auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise e execução de testes aos controlos internos implementados pela Sociedade relativos à revisão dos relatórios de avaliação dos imóveis.</li> <li>• Verificação do registo dos avaliadores externos junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.</li> <li>• Verificação do correto registo contabilístico da valorização dos imóveis face às avaliações obtidas.</li> <li>• Obtenção dos relatórios de avaliação preparados pelos peritos avaliadores imobiliários e, numa base amostral: (i) verificação da utilização dos métodos de avaliação definidos pela Sociedade; (ii) análise da razoabilidade dos pressupostos utilizados; e (iii) verificação da sua correção aritmética.</li> <li>• Validação do registo contabilístico relativamente a um conjunto de vendas ocorridas durante o exercício de 2016, incluindo o seu valor de venda face ao valor de balanço.</li> <li>• Revisão e análise das divulgações efetuadas pela Sociedade no Anexo às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2016 relativamente aos imóveis registados como existências, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.</li> </ul>

## Outras matérias

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram objeto da nossa Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria datada de 11 de maio de 2016, a qual inclui, para além das situações descritas na secção "Bases para a opinião com reservas", três outras reservas por limitação de âmbito, duas relacionadas com a valorização de alguns imóveis detidos pelo fundo Imonegócios – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Imonegócios) e pelo Fundo Imoreal – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Imoreal), respectivamente, e outra sobre a recuperabilidade de Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar registado pelos fundos Imonegócios e Imoreal. Estas reservas deixaram de ser aplicáveis, sendo que a sua resolução não teve impacto material nas demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório em que conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é garante que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se puder razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito pelo controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Sociedade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 16 de setembro de 2010 para um mandato compreendido entre 2010 e 2012. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 23 de março de 2017 para um terceiro mandato compreendido entre 2016 e 2018;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade nesta mesma data;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Sociedade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 8 de junho de 2017



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por José António Mendes Garcia Barata, ROC

*R*  
*Ad*

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Acionistas da  
Parups, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas individuais da Parups, S.A. ("Sociedade"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 502.190 m.euros e capital próprio negativo de 931.963 m.euros, incluindo um resultado líquido negativo de 54.348 m.euros), as demonstrações dos resultados, dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e as correspondentes notas anexas, os quais foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia.

Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2016 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Apreciámos o conteúdo da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria emitida pelo Revisor Oficial de Contas, Deloitte & Associados, SROC, S.A., à qual damos a nossa concordância e que damos aqui por integralmente reproduzida. Analisámos também o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização emitido por esta SROC.


Analisámos igualmente o Relatório do Governo Societário relativo ao ano de 2016, constatando-se que o mesmo inclui a informação completa sobre as matérias reguladas no Capítulo II – Secção do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, dando cumprimento ao estabelecido no artigo 54º do mesmo diploma.

Face ao exposto, somos da opinião que, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, tendo em consideração o descrito nas secções “Incerteza material relacionada com a continuidade” e “Ênfases” da referida Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de gestão, incluindo a proposta de aplicação de resultados nele expressa, bem como o Relatório de Governo Societário, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 8 de junho de 2017

  
Pedro Miguel Nascimento Ventura  
Presidente

  
David António Teixeira de Avelar  
Vogal do Conselho Fiscal

  
João Duarte Lopes Ribeiro  
Vogal do Conselho Fiscal